

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 18 / 2017

5 de setembro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 5 de setembro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 23 de agosto de 2017

	Página
11.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2017 - 13.ª Modificação Orçamental	7
12.ª Alteração Orçamental de 2017, 14.ª Modificação Orçamental	7
Revisão do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) em vigor	8
Atribuição das condecorações municipais, por ocasião do 19.º aniversário do Município de Odivelas	8
Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e Associação Cultural Casa Cheia	9
Adenda ao Acordo de Execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões	11
Adenda ao Acordo de Execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões	12
Isenção, até ao final da época desportiva de 2017/2018, de utilizador da Piscina Municipal de Odivelas, do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais	13
Adesão do Município de Odivelas à rede europeia informal de cidades designada por “Cities for a Nuclear Free Europe” (CNFE)	13
Atribuição de comparticipação financeira, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida I, para o Eixo do Desporto - 2016/2017	14
Atribuição de comparticipação financeira, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida II, para o Eixo do Desporto - 2016/2017	14
Contrato Programa, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida I, para o Eixo do Desporto - 2016/2017	15
Apoio extraordinário financeiro a conceder aos clubes/coletividades desportivas, a atribuir no âmbito das candidaturas apresentadas nas épocas desportivas 2015/2016 e 2016/2017	16
Contrato Programa, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Apoio Extraordinário, para o Eixo do Desporto	17
Cedência de transporte municipal à Paróquia de Odivelas	18
Cedência de transporte municipal à União das Juntas de Freguesia de Pontinha e Famões	18
Cedência de transporte Municipal ao Agrupamento de Escolas Vasco Santana	19
Patrocínios da Rodoviária de Lisboa e da Rádio Comercial, no âmbito da iniciativa “Holi - Festival das Cores”	19
Esquema Diretor da UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) - 11 - Pombais e Silvado	19
Delimitação da Unidade de Execução Bombeiros, respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública	19
Delimitação da área do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública	20



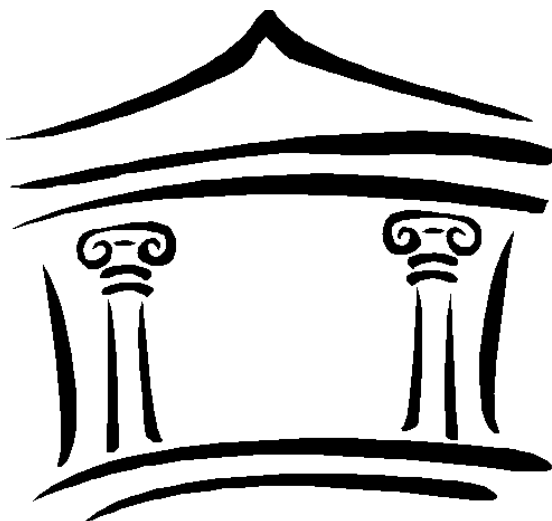
	Página
Alteração (solicitada pelo requerente AVARVAL - investimentos Imobiliários S.A.) ao pedido de licença de loteamento aprovada na 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 10 de março de 2010	21
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para os lotes 141 e 141A, em nome de Fernando Simões Tavares e Manuel Botelho Rodrigues, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	21
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para o lote 622, em nome de José Manuel de Almeida Rodrigues, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	21
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para o lote 818, em nome de José Sobral, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	21
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, inserido no Bairro Novo Santo Eloy, para o lote 26, em nome de Amâncio Rodrigues Pedrinho, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	21
Alteração de deliberação, no sentido de excluir o lote B152, do pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001 do Bairro Pedernais	21
Homologação do auto de vistoria e receção provisória das obras de urbanização do Bairro Granjas Novas, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 1/2000/AUGI	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 538, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 647, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 599, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 120, inserido no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 685, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	22
Emissão de parecer favorável para a execução e ligação de ramal de água para habitação própria e permanente do proprietário, Bairro Quinta do José Luís, União das Freguesias de Pontinha e Famões	23
Indeferimento do pedido para ligação de um ramal de água e respetivo contador, Bairro Vale do Forno, Freguesia de Odivelas	23
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	24
Editais	26
Avisos	27
Decisões com Eficácia Externa	29

Anexo

Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP)



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



**CÂMARA MUNICIPAL****16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 23 de agosto de 2017

DELIBERAÇÕES**ORÇAMENTO****13.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
11ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL (EXTRAORDINÁRIA) 2017**

Ratificação do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação:º Interno/2017/9167, de 2017.08.01, a autorizar a 11.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2017, nos termos dos Mapas anexos à informação atrás mencionada e que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“11.ª Alteração Orçamental (extraordinária)

A 11.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2017 reveste-se de caráter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar o projeto relativo a “Serviço da Dívida – IRHU”, no valor de 60,00 Euros (sessenta euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 60,00 Euros (sessenta euros), verificando-se uma manutenção das despesas correntes, bem como das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa**Quadro Síntese**

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	0,00	0,00
Total de Despesas Capital	60,00	60,00
Total Geral	60,00	60,00

(un:euros)º

(Aprovado por unanimidade)

**14.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
12ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017**

12.ª Alteração Orçamental de 2017, 14.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/9786, de 2017.08.18 e que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“12.ª Alteração Orçamental

A 12.ª Alteração Orçamental de 2017 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

-No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial:

Na rubrica “Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade”, o valor de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros);

Reforço do projeto 204/A/2017, o valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), referente a “Festival Marmelada Branca e Doçaria”.

-No Departamento Obras Municipais, Habitação e Transportes:

O valor de 110.000,00€ (cento e dez mil euros), referente ao projeto “Fiscalização do Território – Demolições”.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 353.621,20€ (trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte um euros e vinte centimos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 118.337,65 Euros (cento e dezoito mil trezentos e trinta e sete euros e sessenta e cinco centimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	351.958,85	233.621,20
Total de Despesas Capital	1.662,35	120.000,00
Total Geral	353.621,20	353.621,20

(un:euros)º

(Aprovado por maioria)



ACORDO COLETIVO

ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO ACEP

Revisão do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) em vigor*, com destaque para o seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9663, de 2017.08.11:

“-Previsão da possibilidade de o intervalo de descanso (não inferior a uma hora, nem superior a duas) poder ser reduzida para 45 minutos, para que, uma vez por semana, possa durar 2 horas. Nesta situação, quando se tratar do horário flexível, uma das horas do intervalo de descanso pode ser gozada nas plataformas fixas;

-Introdução de cláusula referente às percentagens do suplemento remuneratório de turno;

-Previsão nas situações de trabalho a tempo parcial, em que o período normal de trabalho diário seja inferior a metade da duração diária do trabalho a tempo completo, do direito a subsídio de refeição calculado na proporção do respetivo período normal de trabalho semanal, sendo que, de acordo com a lei, só haveria direito ao subsídio de refeição caso o trabalhador prestasse 3,30h diárias;

-Consagração de mais três dias úteis de férias, por obtenção de menção positiva na avaliação do desempenho, no ano da atribuição da avaliação e no ano seguinte (atendendo ao caráter bienal da mesma), relevando, para esse efeito, as avaliações atribuídas a partir do biénio 2015/2016;

-Introdução de um capítulo dedicado à formação profissional, nomeadamente a consagração da formação no local de trabalho;

-Introdução de um capítulo dedicado à segurança e saúde no trabalho, nomeadamente previsão da comissão de segurança e saúde no trabalho e alargamento para 10 horas do crédito legal (5 horas) concedido aos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho;

-Alargamento da composição da comissão paritária para quatro membros efetivos de cada uma das partes, ultrapassando, desta forma, as dificuldades na constituição da comissão paritária prevista no ACEP em vigor.”

*aprovado na 1.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 17 de janeiro de 2014, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 2/2014 e no Diário da República n.º 7/2016, de 12 de janeiro - ACT n.º 45/2016.

(minuta do Novo Acordo Coletivo de Empregador Público publicada em anexo)

(Aprovado por unanimidade)

19.º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS

Atribuição das condecorações municipais, por ocasião do 19.º aniversário do Município de Odivelas, que representa “...o reconhecimento público de cidadãos ou instituições que, ao longo dos anos, tenham contribuído de forma expressiva para fortalecer a nossa identidade local...” e “...pretende também, de forma simbólica, estimular, promover e enaltecer o serviço prestado voluntariamente à comunidade.”, nos seguintes termos, de acordo com a Proposta n.º 5/PRES/2017, de 16 de agosto de 2017:

Medalha de Honra do Município:

MOC – Movimento Odivelas a Concelho

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

José Aires Matos Pereira da Silva

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

José David Justino

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com quatro votos a favor e dois contra)

A atribuição da *Medalha de Honra do Município* carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro:

Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Álvaro da Silva Marçal

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Equipa Técnica Especializada de Tratamento de Loures

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)



Vidrofornense – Comércio e Indústria de Vidros e Espelhos

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com quatro votos a favor e duas abstenções)

Autoziténia – SGPS, S.A.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com quatro votos a favor e duas abstenções)

Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata:

Jorge António Coelho do Amaral Pereira, a título póstumo

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Manuel João Borges Cardoso, a título póstumo

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com quatro votos a favor e duas abstenções)

António Filipe Ferreira Santos

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Armando Rodrigues Aldegalega

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Joana Lopes

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Medalha Municipal de Mérito, Grau Bronze:

Pedro Miguel Simões Duarte

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Carolina Augusta de Pinho

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

Luísa Maria Dias Caetano Azevedo

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto)

CONTRATO DE COMODATO

ASSOCIAÇÃO CULTURAL CASA CHEIA

Minuta de Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e Associação Cultural Casa Cheia, relativa a fração autónoma (Loja) correspondente ao R/c do n.º 69 do prédio urbano sito na Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o n.º 14715 do Livro 42 – 77v, e inscrita na matriz predial respetiva sob o artigo 1003, da Freguesia de Odivelas, com o valor patrimonial atual de €23.088,05 (vinte e três mil e oitenta e oito euros e cinco cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/7329, de 2017.06.20

“Contrato de Comodato N.º __/GGPAG/2017

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por **Comodante**,

E

ASSOCIAÇÃO CULTURAL CASA CHEIA, Pessoa Coletiva com o n.º 513 614 346, com sede na Rua Padre Américo Monteiro de Aguiar, Lote 1, 2º andar, Edifício Mundicanal, 1675-057 Pontinha, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Miguel Bruno Galvão Tarregano de Oliveira Mateus, natural de São Francisco Xavier, Concelho de Lisboa, residente na Praceta Cerrado



da Bica, n.º 25, 2.º Direito, 2700 – 182 Amadora, Contribuinte Fiscal n.º 238 315 240, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 14046406 9ZY4, válido até 17 de janeiro de 2022, e pelo Vice-Presidente da Direção, Gonçalo Nuno Freches Botelho, natural de Arroios, Concelho de Lisboa, residente na Rua Amélia Rey Colaço, n.º 8, 3.º Esquerdo, 1500 – 664 Lisboa, Contribuinte Fiscal n.º 258 957 182, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 14898896 2ZY0, válido até 01 de outubro de 2020, adiante designada por **Comodatária**,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2017, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O **Comodante** é proprietário e legítimo possuidor da fração autónoma (Loja) correspondente ao R/c do n.º 69 do prédio urbano sito na Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o n.º 14715 do Livro 42 – 77v, e inscrita na matriz predial respetiva sob o artigo 1003, da Freguesia de Odivelas, com o valor patrimonial atual de € 23.088,05 (vinte e três mil e oitenta e oito euros e cinco centimos).

Cláusula 2ª

Pelo presente contrato é comodatada a fração identificada na Cláusula anterior, destinando-se esta, única e exclusivamente, à prossecução dos fins definidos pelos Estatutos da **Comodatária**.

Cláusula 3ª

Como contrapartida do presente empréstimo sem compensação financeira, a **Comodatária** realizará anualmente, a título gratuito, um espetáculo de artes performativas, em local e data a combinar com o **Comodante**.

Cláusula 4ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, renovável por iguais períodos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo, através de comunicação escrita com aviso de receção.

Cláusula 5ª

Para além das obrigações constantes do artigo 1135.º do Código Civil, a **Comodatária** fica especialmente obrigada a manter a fração, objeto da cedência, em bom estado de conservação, não a podendo aplicar a fim diverso daquele a que a mesma se destina, nem ceder a terceiros o seu uso sem autorização expressa do **Comodante**.

Cláusula 6ª

1 – A **Comodatária** poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina a fração comodatada, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo **Comodante**.

2 – As obras referidas no número anterior ficarão a cargo da **Comodatária**.

3 – Todas as despesas que resultem da realização das obras de que a fração careça, por força da sua utilização, manutenção e conservação, constituirão responsabilidade da **Comodatária**.

Cláusula 7ª

A **Comodatária** responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, com exceção das decorrentes de um normal e prudente uso.

Cláusula 8ª

As despesas com eventuais seguros de recheio, assim como de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade da **Comodatária**, devendo a mesma providenciar a alteração da titularidade dos mesmos para seu nome.

Cláusula 9ª

1 – Findo o contrato, a fração comodatada será restituída em bom estado de conservação ao **Comodante** e sem direito a qualquer indemnização da **Comodatária** pelas obras, por esta, realizadas.

2 – A **Comodatária** poderá levantar as benfeitorias, por si, realizadas apenas no caso de não provocar detrimento da fração comodatada, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 10ª

1 – O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de Direito, não obstante o **Comodante** poder resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 – Considera-se justa causa, designadamente, a utilização da fração comodatada para fins estranhos aos consagrados nos Estatutos da **Comodatária**.

3 – É considerada condição resolutiva a cessação do uso da fração por parte da **Comodatária**.

4 – Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso da fração comodatada, a não utilização da mesma nos termos estabelecidos no presente contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 11ª

Em tudo o que o presente contrato for omissa aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor,



nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula 12ª

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, ___ de _____ de 2017.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.
Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

(Hugo Martins)

P'la Comodatária,

(Miguel Bruno Galvão Tarregano de Oliveira Mateus)

(Gonçalo Nuno Freches Botelho)''

(Aprovado por unanimidade)

ACORDOS DE EXECUÇÃO

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO MANUTENÇÃO DO ESPAÇO VERDE EXISTENTE ENTRE A RUA SÃO CRISTÓVÃO E A RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO/ CASAL DA SILVEIRA – FAMÕES

Minuta da Adenda ao Acordo de Execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões, para manutenção do Espaço Verde existente entre a Rua São Cristóvão e a Rua General Humberto Delgado/Casal da Silveira - Famões, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/8988, de 2017.07.27.

“MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A
CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS NA
JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E
FAMÕES PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS
VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª DO ACORDO DE
EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES, pessoa coletiva de direito público n.º 510 838 880, com sede na Av. 25 de Abril, n.º 22 A, na Pontinha, neste ato representada pelo Senhora Presidente da Junta, Senhora Dra. Corália Viçoso da Conceição Afonso Rodrigues,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na suaª Reunião Ordinária de de de 2017, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção do **espaço verde existente entre a Rua São Cristóvão e a Rua General Humberto Delgado/Casal da Silveira - Famões**, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de **€ 13,20** (treze euros e vinte centimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2013/2017, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter.

O valor a transferir correspondente ao ano económico de 2017 será de doze meses, de janeiro a dezembro de 2017, no total de **€ 13,20** (treze euros e vinte centimos).



CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, de de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

A Presidente da Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões”

(Aprovado por unanimidade)

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ENVOLVENTES AO PARQUE INFANTIL DO BAIRRO SERRA DA LUZ/PONTINHA

Minuta da Adenda ao Acordo de Execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União das Freguesias da Pontinha e Famões para a manutenção dos Espaços Verdes envolventes ao parque infantil do Bairro Serra da Luz/Pontinha, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/8973, de 2017.07.27.

“MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A
CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS NA
JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E
FAMÕES PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS
VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª DO ACORDO DE
EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES, pessoa coletiva de direito público n.º 510 838 880, com sede na Av. 25 de Abril, n.º 22 A, na Pontinha, neste ato representada pelo Senhora Presidente da Junta, Senhora Dra. Corália Viçoso da Conceição Afonso Rodrigues,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na suaª Reunião Ordinária de de de 2017, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção dos **espaços verdes envolventes ao Parque Infantil da Serra da Luz – Pontinha**, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de **€ 1.480,71** (mil quatrocentos e oitenta euros e setenta e um centimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2013/2017, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter.

O valor a transferir correspondente ao ano económico de 2016 e 2017 será de 24 meses, de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, no total de **€ 2.961,42** (dois mil novecentos e sessenta e um euros e quarenta e dois centimos).

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.



CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, de de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

A Presidente da Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões”

(Aprovado por unanimidade)

PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS

ISENÇÃO DE PAGAMENTOS

Isentar, até ao final da época desportiva de 2017/2018, André David Bexiga Dinis, utilizador da Piscina Municipal de Odivelas, do pagamento da renovação da inscrição e respetivas taxas mensais referentes à utilização da referida piscina, no valor total global de €285,00 (duzentos e oitenta e cinco euros), correspondendo ao somatório de 10,00€ da renovação da inscrição e 275,00€ das mensalidades (25,00€ x 11 mensalidades), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9134, de 2017.08.01.

(Aprovado por unanimidade)

ADESÃO DO MUNICÍPIO

CITIES FOR A NUCLEAR FREE EUROPE

Adesão do Município de Odivelas à rede europeia informal de cidades designada por “Cities for a Nuclear Free Europe” (CNFE), que visa reduzir ou evitar os riscos, perigos e custos da energia nuclear na Europa através da sua principal atividade que é “...pressionar a nível nacional e europeu as entidades competentes, em matéria de política energética...” e que, presentemente, é constituída por 28 cidades europeias, liderada pela cidade

de Viena, na Áustria, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9437, de 2017.08.07, nos termos do minuta de carta anexa a essa informação e que abaixo se reproduz:

“To:
Councillor Ulli Sima, City of Vienna,
Chairman “Cities for a Nuclear Free Europe”
Rathausplatz 1
1010 Vienna
Austria

The Municipality of Odivelas supports the position and the activities of Cities for a Nuclear Free Europe. We feel it as our obligation to protect our citizens from the threats of nuclear power. Clean and safe alternatives for the energy supply are available.

We consider an immediate Europe-wide moratorium on nuclear power plant constructions (including plants that are already under construction) as necessary.

All nuclear reactors not able to be updated to a state-of-the-art technology safety standard must be shut down.

In a final step all remaining nuclear power plants will have to be systematically replaced by renewable energy power plants.

Nuclear power plant operators across Europe have to be held unlimitedly liable for damages of an accident, as any other company and individual is.

EURATOM funds need to be reduced to support the development of energy efficiency and renewable energy production. Under no circumstances should EURATOM funds flow in the lifetime extension of nuclear power plants, in building new plants or the development of new nuclear reactors.

The European funds for energy must be (re-)directed to the promotion of energy efficient technologies and renewable energy sources (including the necessary energy nets) solely.

We appoint Mrs. Paula Ganchinho,
Email: goc@cm-odivelas.pt
Telephone: +351 219 320 728
as contact person from our municipality for the CNFE network.

Yours sincerely,

The Mayor of Odivelas,
Hugo Martins”

(Aprovado por maioria)

**SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES****PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - MEDIDA I
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

Atribuição de comparticipação financeira, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida I (Atividade Regular), para o Eixo do Desporto - época desportiva 2016/2017, no montante global de €30.262,87, contemplando 25 candidaturas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9348, de 2017.08.04:

Clube	Valor a atribuir PAMO - 2016/2017	
	Medida I	Medida II
Academias de Karaté Wado Ryu	512,57 €	-00 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	385,00 €	-00 €
Associação Desportiva Belém Foot	1.211,20 €	1.750,00 €
Associação Humanitária Bomb. Vol. Caneças	475,00 €	-00 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	325,00 €	-00 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.586,20 €	-00 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	3.000,00 €	-00 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	1.071,10 €	2.500,00 €
Clube Académico de Odivelas	842,50 €	2.347,80 €
Clube Atlético e Cultural	2.389,00 €	1.000,00 €
Clube Atlético das Patameiras	1.300,00 €	1.533,08 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	1.315,00 €	2.295,05 €
Dragons and Marmails - Associação	770,00 €	1.672,09 €
Famões Clube Atlético	750,00 €	2.500,00 €
Ginásio Clube de Odivelas	2.240,00 €	910,00 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.178,00 €	1.848,31 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.877,50 €	2.500,00 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	680,00 €	1.826,26 €
Judo Clube de Odivelas	881,90 €	1.000,00 €
Odivelas Basket Clube	731,40 €	1.677,18 €
Póvoa de Santo Adrião AC	570,00 €	777,89 €
Privilégio Brave Boxing Club	954,00 €	1.228,00 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.875,00 €	-00 €
Ténis Clube Póvoa de Santo Adrião	752,50 €	620,24 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.590,00 €	-00 €
Total	30.262,87 €	27.985,90€

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - MEDIDA II
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

Atribuição de comparticipação financeira, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida II (Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas), para o Eixo do Desporto - época desportiva 2016/2017, no montante global de €27.985,90, contemplando 17 candidaturas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9348, de 2017.08.04:

Clube	Valor a atribuir PAMO - 2016/2017	
	Medida I	Medida II
Academias de Karaté Wado Ryu	512,57 €	-00 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	385,00 €	-00 €
Associação Desportiva Belém Foot	1.211,20 €	1.750,00 €
Associação Humanitária Bomb. Vol. Caneças	475,00 €	-00 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	325,00 €	-00 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.586,20 €	-00 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	3.000,00 €	-00 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	1.071,10 €	2.500,00 €
Clube Académico de Odivelas	842,50 €	2.347,80 €
Clube Atlético e Cultural	2.389,00 €	1.000,00 €
Clube Atlético das Patameiras	1.300,00 €	1.533,08 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	1.315,00 €	2.295,05 €
Dragons and Marmails - Associação	770,00 €	1.672,09 €
Famões Clube Atlético	750,00 €	2.500,00 €
Ginásio Clube de Odivelas	2.240,00 €	910,00 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.178,00 €	1.848,31 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.877,50 €	2.500,00 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	680,00 €	1.826,26 €
Judo Clube de Odivelas	881,90 €	1.000,00 €
Odivelas Basket Clube	731,40 €	1.677,18 €
Póvoa de Santo Adrião AC	570,00 €	777,89 €
Privilégio Brave Boxing Club	954,00 €	1.228,00 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.875,00 €	-00 €
Ténis Clube Póvoa de Santo Adrião	752,50 €	620,24 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.590,00 €	-00 €
Total	30.262,87 €	27.985,90€

(Aprovado por unanimidade)



**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - MEDIDA I
CONTRATO PROGRAMA**

Minuta de Contrato Programa, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) - Medida I (Atividade Regular), para o Eixo do Desporto, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9348, de 2017.08.04.

**“Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO)
Medida I (Atividade Regular)”**

Contrato Programa

(identificação do clube/coletividade desportiva)

(Data)

INTRODUÇÃO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.

Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas, através da Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DDD), pretende dotar as associações/clubes desportivos, com meios e recursos financeiros que permitam viabilizar a sua actividade regular e facilitar a concretização de projectos e iniciativas de interesse comunitário.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Odivelas que os apoios consignados no presente contrato, de modo transparente e eficiente, em coerência com os seus objectivos e em consonância com o ordenamento jurídico sobre esta matéria, contribuem para o estabelecimento de um clima de confiança e relacionamento institucional e conferem, também, à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia.

O (identificação do clube/coletividade desportiva) é uma coletividade desportiva sem fins lucrativos, com sede social na Freguesia de xxxxxxxxxxxx, Concelho de

Odivelas, cujos estatutos foram aprovados e publicados no Diário da República xxxxxxxx, de xxxxxxxx.

Trata-se de uma das colectividades do Concelho de Odivelas, que promove o Desporto através da modalidade de xxxxxxxxxxxx, movimentando xxxx atletas federados, distribuídos por vários escalões etários.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa colectiva n.º 504 293 125, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(Identificação do clube/coletividade desportiva), coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa colectiva n.º xxxxxxxxxxxx, aqui representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Segundo Outorgante.

É livremente acordado e reduzido a escrito o presente contrato, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), tendo em vista o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho de Odivelas, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do respetivo regulamento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira
(Objecto)**

O presente Contrato Programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal de Odivelas ao (identificação do clube/coletividade desportiva), com enquadramento no PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas.

**Cláusula Segunda
(Comparticipação Financeira)**

Para o cumprimento do Contrato Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no valor global de xxxxxxxxxxxx € (xxxxxxxxxxxxxx), como medida de apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva.

**Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

1.Comparticipar financeiramente, nos termos da cláusula segunda, disponibilizando a verba ali referida, após assinatura do presente contrato.



2. Acompanhar e controlar a execução do Contrato-Programa, nos termos do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e o Dec. Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro – Regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Cláusula Quarta (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

1. Realizar as seguintes atividades:

a) Manter em atividade a modalidade desportiva de xxxxxx;

b) Participar regularmente nas provas oficiais correspondentes a cada escalão etário em funcionamento no clube, nos diferentes níveis de competição;

2. Colaborar com o Primeiro Outorgante na concretização da política de desenvolvimento desportivo, sempre que para tal for solicitado, em especial nos seguintes domínios:

a) Promoção de ações e desenvolvimento de projectos, disponibilizando os seus recursos humanos (técnicos, atletas, dirigentes e demais colaboradores), na medida das possibilidades;

b) Disponibilização de informação complementar, designadamente relacionada com a caracterização da situação desportiva do Concelho – Carta Desportiva;

c) Organização conjunta de torneios de abertura nas modalidades com tradição no clube.

3. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social;

4. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

5. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta (Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido para a época desportiva de xxxxxx.

Cláusula Sexta (Resolução)

1. O não cumprimento por parte do segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 dias;

2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, de modo proporcional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recepção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, de de 2017

O Presidente da
Câmara Municipal de
Odivelas

Hugo Manuel dos Santos
Martins

O Presidente da Direção do/a
(nome do clube/coletividade
desportiva)

(nome)''

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – APOIO EXTRAORDINÁRIO COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Apoio extraordinário financeiro a conceder aos clubes/coletividades desportivas como forma de majoração de 50% sobre a comparticipação financeira a atribuir no âmbito das candidaturas apresentadas nas épocas desportivas 2015/2016 e 2016/2017, correspondente ao valor de €12.006,44, valor a conceder a cada uma das entidades, referente à época de 2016/2017 (segunda tranche), contemplando 25 clubes/coletividades desportivas (no seguimento da deliberação na 16.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016, de 16 de agosto, Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 17/2016, de 6 de setembro, pág.19), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9348, de 2017.08.04:

Clube	Medida I	Apoio Extraordinário
	Valor da Comparticipação financeira anual variável a atribuir	Valor da Majoração (50%)
Academias de Karate Wado Ryu	262,57 €	(*) 131,29 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	135,00 €	67,50 €
Associação Desportiva Belém Foot	961,20 €	480,60 €
Associação Humanitária Bomb. Vol. Canecas	225,00 €	112,50 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	75,00 €	37,50 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.336,20 €	668,10 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	2.750,00 €	1.375,00 €



Club Desporto Jardim da Amoreira	821,10 €	410,55 €
Clube Académico de Odivelas	592,50 €	296,25 €
Clube Atlético e Cultural	2.139,00 €	1.069,50 €
Clube Atlético das Patameiras	1.050,00 €	525,00 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	1.065,00 €	532,50 €
Dragons and Marmails - Associação	520,00 €	260,00 €
Famões Clube Atlético	500,00 €	250,00 €
Ginásio Clube de Odivelas	1.990,00 €	995,00 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	928,00 €	464,00 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.627,50 €	813,75 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	430,00 €	215,00 €
Judo Clube de Odivelas	631,90 €	315,95 €
Odivelas Basket Clube	481,40 €	240,70 €
Póvoa de Santo Adrião AC	320,00 €	160,00 €
Privilégio Brave Boxing Club	704,00 €	352,00 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.625,00 €	1.312,50 €
Ténis Clube Póvoa de Santo Adrião	502,50 €	251,25 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.340,00 €	670,00 €
Total	24.012,87 €	12.006,44 €

(*) valor arredondado à segunda casa decimal (nos centimos)

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – APOIO EXTRAORDINÁRIO
CONTRATO PROGRAMA**

Minuta de Contrato Programa, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) – Apoio Extraordinário, para o Eixo do Desporto, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9348, de 2017.08.04.

“Apoio Extraordinário

Contrato Programa

(nome da associação/clube/coletividade desportiva)

(data)

Considerando que:

-A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;

-Pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo;

-Os clubes/coletividades desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes polos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social;

-Devido à revisão e reestruturação dos programas municipais de apoio ao associativismo, cuja elaboração e aprovação por parte dos órgãos competentes era expectável estar concluída até ao final do ano de 2014, o que não se verificou, não foi atribuído qualquer apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas referente à época desportiva de 2014/2015;

Assim, entre:

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(Identificação do clube/coletividade desportiva), coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa coletiva n.º xxxxxxxxxxxxxx, aqui representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Segundo Outorgante.

Celebra-se o presente Contrato Programa, que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira
(Objecto)**

Constitui objeto do presente Contrato Programa a atribuição de um apoio extraordinário financeiro, sob forma de majoração de 50%, sobre o valor a conceder a cada clube/coletividade desportiva, resultado da análise às candidaturas efetuadas no âmbito da comparticipação financeira anual variável da Medida I (atividade Regular)



do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), nas épocas desportivas de 2015/2016 e 2016/2017.

Cláusula Segunda (Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, uma participação financeira no valor de xxxxxx € (xxxxx), correspondente a 50% do montante de xxxxxx € (xxxxx) resultado da participação financeira atribuída ao clube no âmbito da Medida 1 do PAMO (época desportiva de 2016/2017).

Cláusula Terceira (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

1. Realizar as seguintes atividades:

- a) Manter em atividade a modalidade desportiva de xxxxxx;
- b) Participar regularmente nas provas oficiais correspondentes a cada escalão etário em funcionamento no clube, nos diferentes níveis de competição;

2. Colaborar com o Primeiro Outorgante na concretização da política de desenvolvimento desportivo, sempre que para tal for solicitado, em especial nos seguintes domínios:

- a) Promoção de ações e desenvolvimento de projetos, disponibilizando os seus recursos humanos (técnicos, atletas, dirigentes e demais colaboradores), na medida das possibilidades;
- b) Disponibilização de informação complementar, designadamente relacionada com a caracterização da situação desportiva do Concelho – Carta Desportiva;
- c) Organização conjunta de torneios de abertura nas modalidades com tradição no clube.

3. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social;

4. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

5. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta (Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido para a época desportiva de 2016/2017.

Cláusula Sexta (Resolução)

1. O não cumprimento por parte do Segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o Segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 dias;

2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, de modo proporcional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de receção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, xxxxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2017

O Presidente da
Câmara Municipal de
Odivelas

Hugo Manuel dos Santos
Martins

O Presidente da Direção do/a
(nome do clube/coletividade
desportiva)

(nome)''

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL PARÓQUIA DE ODIVELAS

Ratificação do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado em etapa do EDOC/2017/42537, datada de 2017.07.31, a autorizar a cedência de transporte municipal à Paróquia de Odivelas, dia 5 de agosto de 2017, para deslocação do Grupo Coral Vozes D'África a Fátima, no âmbito das celebrações do Centenário das Aparições da Virgem Maria aos Pastorinhos, com um custo de €200,24, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9450, de 2017.08.07.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL UNIÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE PONTINHA E FAMÕES

Cedência de transporte municipal à União das Juntas de Freguesia de Pontinha e Famões, nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de setembro de 2017, para deslocação de cinquenta seniores à Praia da Torre, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9434, de 2017.08.07.

(Aprovado por unanimidade)



**CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VASCO SANTANA**

Cedência de transporte Municipal ao Agrupamento de Escolas Vasco Santana, no dia 2 de setembro de 2017, para deslocação de trinta professores a Setúbal, para realizarem um passeio no rio Sado, no âmbito da comemoração dos vinte anos do referido agrupamento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9287, de 2017.08.03.

(Aprovado por unanimidade)

**PATROCÍNIOS
HOLI – FESTIVAL DAS CORES**

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, datado de 2017.08.16, a autorizar a aceitação dos patrocínios da Rodoviária de Lisboa e da Rádio Comercial, no âmbito da iniciativa desta Câmara Municipal, intitulada “Holi – Festival das Cores”, um evento de caráter musical e gastronómico, a realizar no dia 16 de setembro de 2017, das 17h. às 23h., na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas (estacionamento da Rodoviária de Lisboa), e que se consubstanciam no seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9759, de 2017.08.16:

Rodoviária de Lisboa

-cedência do recinto (correspondente ao valor de €1.500,00);
-divulgação da Iniciativa (no âmbito de documento* entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa, aprovado na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 2016.01.27);

Rádio Comercial

-publicitação gratuita do evento, desde o início de agosto, nos diversos programas e nas redes sociais (correspondente ao valor de €580.905,11).

*Acordo de Parceria entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 2/2016, de 9 de fevereiro, pág. 11.

(Aprovado por maioria)

PROCESSOS PARTICULARES

**ESQUEMA DIRETOR DA UOPG - 11 - POMBAIS E SILVADO
PROCESSO N.º 121/DPUPE/SPDM**

Esquema Diretor da UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) - 11 - Pombais e Silvado, de

acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.10, constante do Processo n.º 121/DPUPE/SPDM.

(Aprovado por maioria)

**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO POMBEIROS
TERMOS DE REFERÊNCIA E DISCUSSÃO PÚBLICA
PROCESSO N.º 121/DPUPE/SPDM**

Delimitação da Unidade de Execução Bombeiros, respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública, de acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.10:

“A delimitação da Unidade de Execução Bombeiros, decorre dos objetivos definidos no PDM de Odivelas, nomeadamente, para a UOPG-11-Zona dos Pombais e Silvado, artigo n.º 66º, preconizando concretizar uma solução integradora que permita qualificar esta parte do território do concelho, cuja valorização e reabilitação urbana irá materializar-se em ordem a objetivos gerais, nomeadamente:

- Apostar na salvaguarda e valorização do núcleo antigo dos Pombais;
- Completar a ligação viária marginal à Ribeira do Freixinho e reestruturar os núcleos edificados localizados entre esta e a Ribeira de Odivelas, procedendo à valorização paisagística e ao tratamento das margens das mesmas;
- Reestruturar o quarteirão situado a norte do Largo dos Pombais;
- Desenvolver projetos de espaço público, ao nível da circulação e da estadia existente (Rua de São João, Largo da República, travessa e rua de Santo António, Pátio da Paz) quer ao nível do tratamento da zona adjacente à Ribeira do Freixinho (Currais Velhos);
- Criar frente urbana como remate da área edificada, marcando uma frente de rio qualificada;
- Prioridade à execução do arruamento adjacente à Feira do Silvado, ligando a Rua Dona Filipa de Lencastre à Av.ª dos Bombeiros Voluntários;
- Completar o parque urbano do Silvado na área de confluência da Ribeira de Odivelas com o Rio da Costa e qualificar as ribeiras e áreas adjacentes;
- Implementar o percurso pedestre (Rota do Pão) associado ao património cultural arquitetónico molinológico definido na Planta de Ordenamento – Património Cultural Arquitetónico;



•Adotar nas Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC) as medidas necessárias à sua minimização, com vista à salvaguarda de pessoas e bens.

No estudo desenvolvido e respetivo esquema diretor da UOPG-11-Zona dos Pombais e Silvado, os objetivos programáticos observados, delinearam os pressupostos a considerar nas SUB-UOPG's, atendendo a que o Esquema Diretor pretende constituir uma abordagem de conjunto ao território da UOPG, de modo a dar resposta à concretização dos objetivos previstos:

•Valorizar os núcleos urbanos antigos, reestruturar e requalificar áreas urbanas degradadas e integrar estas áreas na cidade recente, evitando a adulteração ou perda de valores do património urbanístico, arquitetónico e sociocultural;

•Colmatar o vazio urbano integrando uma nova frente de remate urbano como fator qualificador de remate urbano, proporcionando enquadramento valorizador, face ao Parque Urbano do Silvado;

•Requalificar a rede viária de distribuição.

No que concerne aos objetivos específicos da SUB-UOPG 11-01/Unidade de Execução Pombeiros:

•Apostar na salvaguarda e valorização do núcleo antigo dos Pombais;

•Completar a ligação viária marginal à Ribeira do Freixinho e reestruturar os núcleos edificados localizados entre esta e a Ribeira de Odivelas, procedendo à valorização paisagística e ao tratamento das margens das mesmas;

•Reestruturar o quarteirão situado a norte do Largo dos Pombais;

•Desenvolver projetos de espaço público, ao nível da circulação e da estadia existente (Rua de São João, Largo da República, travessa e rua de Santo António, Pátio da Paz) quer ao nível do tratamento da zona adjacente à Ribeira do Freixinho (Currais Velhos);

•Implementar o percurso pedestre (Rota do Pão) associado ao património cultural arquitetónico molinológico definido na Planta de Ordenamento – Património Cultural Arquitetónico;

Relativamente à edificabilidade, a Unidade de Execução, pode vir a ser concretizada por aplicação dos princípios e regras estabelecidos no PDM de Odivelas, nomeadamente observando os valores de referência da respetiva UTH-3, relativamente o índice médio de utilização e a área de cedência média.”

(Aprovado por maioria)

**DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PLANO DE PORMENOR
POMBAIS - FREIXINHO
TERMOS DE REFERÊNCIA E DISCUSSÃO PÚBLICA
PROCESSO N.º 121/DPUPE/SPDM**

Delimitação da área do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública, de acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.10:

“Assim, a Unidade de Execução dos Pombais e Freixinho, será concretizada mediante desenvolvimento através de Instrumento de Gestão Territorial/Plano de Pormenor, pertencendo ao Município a iniciativa da execução, com a cooperação e atuação coordenadas dos particulares interessados e proprietários de harmonia com a programação estabelecida pelo Município.

Considerando ainda o Esquema Diretor da UOPG-11, os objetivos programáticos observados, delinearam os pressupostos a considerar nas SUB-UOPG's, no caso da SUB-UOPG 11-02, nomeadamente os critérios de delimitação da Unidade de Execução, a desenvolver através de IGT, Plano de Pormenor, em que a definição do perímetro da área consiste na fixação em planta cadastral e corresponde ao conjunto das áreas identificadas que tem uma entidade urbana autónoma e para o qual se define um programa urbanístico específico, constituindo um instrumento de referência e apoio ao acompanhamento e programação das operações urbanísticas e cuja gestão poderá ser especializada através de subunidades de gestão.

Assim, o desenvolvimento do Plano de Pormenor dos Pombais e Freixinho/SUB-UOPG 11-02, visa a prossecução dos objetivos gerais:

•A definição de medidas que condicionem a ocupação e a utilização do solo, assegurando e compatibilizando as funções de proteção e valorização ambiental com as funções propostas e os espaços de recreio e lazer e o bem-estar das populações, promovendo o seu desenvolvimento num modelo sustentável.

•A definição de parâmetros de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais;

•A definição das edificações, dos alinhamentos, das implantações, da modelação do terreno, da distribuição volumétrica, da localização dos equipamentos e das zonas verdes, da distribuição de funções e a definição de parâmetros e indicadores urbanísticos;

•A definição de espaços de descompressão à morfologia existente, de permeabilidade e transição entre a Área de Intervenção e a envolvente;



•A definição dos mecanismos e instrumentos de execução, designadamente a estruturação das ações de preparação e a identificação do sistema de execução.”

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO A LICENÇA DE LOTEAMENTO
UNIÃO DE FREGUESIAS RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 8091/L/OC**

Indeferimento da alteração (solicitada pelo requerente AVARVAL – investimentos Imobiliários S.A.) ao pedido de licença de loteamento aprovada na 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 10 de março de 2010 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5/2010, de 23 de março, pág. 16), de acordo com o proposto na informação n.º 48/APV/2017, constante do Processo n.º 8091/L/OC, com a seguinte alteração na informação técnica constante da folha 1414 à folha 1417, do Processo atrás mencionado: na página 1, no ponto 1.5, onde se lê: “A presente operação caracteriza-se da seguinte forma (ver Anexo I e II à presente informação técnica);”, deverá ler-se: “A presente operação caracteriza-se da seguinte forma:”.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO A ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 28234/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para os lotes 141 e 141A, em nome de Fernando Simões Tavares e Manuel Botelho Rodrigues, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições constantes na informação técnica n.º 30/TR/DRRU/DGOU/17 e de acordo com o proposto na informação nas folhas 7729 e 7728, contantes do Processo n.º 28234/OM.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO A ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 28234/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para o lote 622, em nome de José Manuel de Almeida Rodrigues, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições constantes na informação técnica n.º 31/TR/DRRU/DGOU/17 e de acordo com o proposto na informação nas folhas 7731 e 7730, contantes do Processo n.º 28234/OM.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO A ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 28234/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, inserido no Bairro Casal da Silveira, para o lote 818, em nome de José Sobral, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições constantes na informação técnica n.º 32/TR/DRRU/DGOU/17 e de acordo com o proposto na informação nas folhas 7736 e 7735, contantes do Processo n.º 28234/OM.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO A ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 47251/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, inserido no Bairro Novo Santo Eloy, para o lote 26, em nome de Amâncio Rodrigues Pedrinho, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições constantes na informação técnica n.º 51/RD/DRRU/DGOU/17, de acordo com o proposto na informação nas folhas 3440 e 3439, contantes do Processo n.º 47251/RC.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO INICIAL
UNIÃO DE FREGUESIAS RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688/LO/GI**

Alteração de deliberação, no sentido de excluir o lote B152, do pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001 do Bairro Pedernais, aprovado na 7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas*, de 2016.04.06, mantendo-se a deliberação respeitante ao lote B38, na condição de, nos termos da informação constante das folhas 8158 e 8157 do Processo n.º 33688/LO/GI, e informação técnica n.º 46/RD/DRRU/DGOU/17, do mesmo Processo:

Aceitação do valor 8.780,02€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (57,78m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e nº2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

*Deliberação relativa ao pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001 do Bairro Pedernais, para os lotes B38 e B152, publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7/2016, de 19 de abril, pág. 15.

(Aprovado por unanimidade)



**RECEÇÃO PROVISÓRIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO
UNIÃO DE FREGUESIAS RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Homologação do auto de vistoria constante da folha 4022 à 4051 e receção provisória das obras de urbanização do Bairro Granjas Novas, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 1/2000/AUGI, emitido em 31/01/2000, ao abrigo do art.º 50º do Decreto-Lei n.º 448/91, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/95 de 28 de Dezembro, nas condições expressas na informação técnica n.º 80/RO/DRRU/DGOU/2017 e de acordo com o proposto na informação da folha 4165 à 4164, constantes do Processo n.º 14102/LO/GI.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
LOTE 538 - BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 538, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10768, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €4.652,66 (Quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), em nome de João José Martins Farinha, para garantir a boa execução das obras de urbanização, referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 63.2017, de 2017.07.21, e na informação técnica n.º 82/AV/DRRU/DGOU/17, de 2017.07.20.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
LOTE 647- BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 647, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10207, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €5.302,62 (cinco mil, trezentos e dois euros e sessenta e dois cêntimos), em nome de Albino Ferreira João, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 64.2017, de 2017.07.21, e na informação técnica n.º 83/AV/DRRU/DGOU/17, de 2017.07.20.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
LOTE 599- BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 599, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10177, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €4.750,61 (quatro mil, setecentos e cinquenta euros e sessenta e um cêntimos), em nome de Alberto Oliveira Delgado, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 66.2017, de 2017.07.27, e na informação técnica n.º 91/AV/DRRU/DGOU/17, de 2017.07.26.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
LOTE 120 - BAIRRO SOL NASCENTE
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 120, inserido no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11160, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €4.205,28 (quatro mil, duzentos e cinco euros e vinte e oito cêntimos), em nome de OBRIDANTAS – Construções, Lda, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007/DRU, de 27 de dezembro, de acordo com o proposto na informação n.º 68.2017, de 2017.08.09, e na informação técnica n.º 87/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.08.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
LOTE 685- BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 685, inserido no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10216, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €6.598,82 (seis mil, quinhentos e noventa e oito euros e oitenta e dois cêntimos), em nome de António João Gonçalves Cardoso, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 70.2017, de 2017.08.10, e na informação técnica n.º 91/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.10.

(Aprovado por unanimidade)



**AUTORIZAÇÃO –RAMAL DE ÁGUA E CONTADOR
LOTE E31 - BAIRRO QUINTA DO JOSÉ LUÍS
UNIÃO DE FREGUESIAS PONTINHA E FAMÕES**

Emissão de parecer favorável para a execução e ligação de ramal de água para habitação própria e permanente do proprietário, com instalação de 1 contador, em nome de Daniel António de Carvalho Esteves, no fogo sito no 1.º andar da Rua de S. Brás, Lote n.º E31, no Bairro Quinta do José Luís, União das Freguesias de Pontinha e Famões, de acordo com o proposto na informação referente ao Processo Edoc/2017/37660 e informação n.º Interno/2017/8.156, de 2017.07.06.

(Aprovado por unanimidade)

**AUTORIZAÇÃO –RAMAL DE ÁGUA E CONTADOR
LOTE 25 – BAIRRO VALE DO FORNO
FREGUESIA DE ODIVELAS**

Indeferimento do pedido para ligação de um ramal de água e respetivo contador, em nome de Glória da Conceição Barreira Diniz, para Lote n.º 25, sito na Rua da Liberdade, no Bairro Vale do Forno, Freguesia de Odivelas, de acordo com o proposto na informação referente ao Processo Edoc/2017/31888 e informação n.º Interno/2017/8.457, de 2017.07.14.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

OUTROS DESPACHOS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 29/PRES/2017

Assunto: Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) – Nomeação do Administrador por parte da CMO

No âmbito do Programa SIMPLEX +16, está disponível a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), desde 1 de julho de 2017.

A PCGT é uma plataforma oficial de âmbito nacional, destinada a apoiar as entidades envolvidas nos procedimentos de formação/elaboração de programas e planos territoriais e foi desenvolvida pela DGT em colaboração com as CCDR, em cumprimento do estabelecido pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Para operacionalizar a PCGT é indispensável que as autarquias e as entidades responsáveis pela elaboração ou pelo acompanhamento de programas e planos territoriais acedam à área reservada da PCGT, pelo que é necessário que cada autarquia ou entidade responsável, nomeie os respetivos Administradores para a PCGT, tendo em vista a sua credenciação na plataforma, nos termos solicitados pela Direção Geral do Território/DGT.

Em face do exposto e tendo em vista a operacionalização do acesso à PCGT por parte da CMO, determino, que o representante desta Câmara, designado por Administrador da Entidade, para efeitos de credenciação na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, seja a Sra. Arq.^a Florinda Rosa Pisco Lixa, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes.

Odivelas, 24 de agosto de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 12/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** no Técnico Superior, Arq. Sérgio Alexandre Tomás Resão, durante o período compreendido entre os dias 04 a 08 de setembro 2017, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Licenciamento de Obras Particulares**.

Odivelas, 25 de agosto de 2017

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 13/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Arq.^a Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro

Nos termos do artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, **Arq.^a Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro**, nos dias 30 de agosto a 1 de setembro de 2017, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas



no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 25 de agosto de 2017

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 15/VPCT/2015

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 03/DJGFP/DRHF/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, Dr. João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano, na Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação, Dr.ª Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte.

Nos termos dos artigos 44.º a 50.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, diploma que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, e do Despacho de Delegação de Competências n.º 115/PRES/2015, de 30 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação, **Dr.ª Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte**, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supracitado despacho, para serem exercidas **de 4 a 8 de setembro de 2017**, período em que me encontrarei ausente por motivo de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer atos

praticados pela subdelegada, nos termos legalmente previstos.

Do exercício das competências subdelegadas deverá a subdelegada prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de agosto de 2017

O Diretor do Departamento
Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial
(no uso da competência que me foi delegada pelo
Sr. Presidente Hugo Martins, através do
Despacho n.º 115/PRES/2015, de 30 de outubro)

João Serrano

DESPACHO N.º 04/DJGFP/SCOEF/2017

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência no âmbito do Setor Contraordenações e Execuções Fiscais

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes, **delego, no período de 4 a 8 de setembro de 2017**, na **Coordenadora, Dr.ª Paula Cristina da Silva Tavares**, a assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos, no âmbito do Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais.

Odivelas, 30 de agosto de 2017

O Diretor do Departamento
Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial
(no uso da competência que me foi delegada pelo
Sr. Presidente Hugo Martins, através do
Despacho n.º 115/PRES/2015, de 30 de outubro)

João Serrano



EDITAIS

EDITAL N.º 087/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000
Bairro Granjas Novas – União das Freguesias de
Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas para o lote 84 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 14102/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 16 de agosto de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 088/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/89
Bairro Casal da Silveira – União das Freguesias de
Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89 do Bairro Casal da Silveira para os lotes 861 e 861A consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida,

no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 28234/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 16 de agosto de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2007 – B.º Quinta das Pretas - Pontinha/Famões

8.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 14 de julho de 2017, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de José Martins Simões e Outro.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Lote			Área de Implantação		Áreas de construção								Anexos				Índice de ocupação		N.º de Fogos		N.º de Ocupações	
N.º	Área				Construção existente				Construção proposta				manut. Temporária									
					Pisos		Área		Pisos		Área		Pisos		Área							
Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	
12	297,50	297,50	115,00	150,00	2	2	230,00	230,00	—	—	—	—	—	—	—	—	0,39	0,50	2	2	—	—
48	510,00	510,00	127,50	127,50	—	2	—	255,00	2	—	255,00	—	1	1	50,00	22,50	0,25	0,25	1	1	—	—

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

DADOS URBANÍSTICOS	
Área total de intervenção (m2)	39.844, 00
Área total ocupada pelos lotes (m2)	24.179,75
Área a ceder para integrar no domínio público (incluindo passeios e arruamentos) (m2)	15.179,00
Parcela A (202,00 m2) e Parcela B (290,00 m2)	485,25
Área a adquirir ou permutar para equipamento (m2)	3.166,50
N.º total de lotes	55
N.º total de fogos	81
N.º total de ocupações	6
Índice habitacional	20,33
N.º total de habitantes	284
Índice populacional	71,28
Índice de construção	0,36
Ocupação máxima do solo	0,18
Área total de implantação (m2)	6.991,20
Área total de construção (m2)	14.204,64

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública e estacionamento público. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da legalização ser cumprido o regulamento do loteamento.



3. Outras Condições

Para o lote 48 o ónus passa a ter a seguinte redação: “Garantir uma faixa de 3m de profundidade na parte anterior do lote, livre de qualquer edificação, podendo o limite frontal do lote ser recuado na eventualidade de reperfilamento da travessa 2 de abril. Demolir anexo implantado na frente do lote, no prazo de 18 meses após a emissão do aditamento à licença de loteamento.”

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 28 de julho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Revisão do Plano de Pormenor do Bairro Arco Maria Teresa da União de Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 76.º n.º 1 e 191.º n.º 4 alínea c) do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Odivelas na 14.ª Reunião Ordinária de 12 de julho de 2017 deliberou por unanimidade, a elaboração da Revisão do Plano de Pormenor do Bairro Arco Maria Teresa, da Freguesia de Ramada e Caneças e a abertura do período de Participação dos Interessados.

Assim, todos os interessados dispõem do prazo de 15 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no Diário da República, para, por escrito, formularem observações, sugestões, apresentarem ou obterem informações ou esclarecimentos, dirigidas ao Presidente de Câmara, sobre quaisquer questões que entendam dever ser consideradas no âmbito da revisão da elaboração da Contratualização e Contributos da Participação dos Interessados.

O processo estará disponível para consulta no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, sito na Av.ª Amália Rodrigues n.º 20 – Urbanização da Ribeirada 2675 Odivelas.

Para constar se lavrou o presente aviso que será divulgado através da comunicação social, boletim municipal e publicado na página da internet do Município de Odivelas

Paços do Concelho, 16 de agosto de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/9947, de 2017.08.22:

Processo n.º 3976/LO

Nome: Construções António Sousa e Silva, Lda.

Assunto: Licença de Operação de Loteamento

Local: Rua Almirante Gago Coutinho – Ramada

Data de despacho: 17.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a prorrogação da Licença

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/9939, de 2017.08.22:

Processo n.º 14415/CP/OP/GI

Nome: Cristina Isabel Farinha Relvado Silva

Assunto: Declaração de Cessação de efeitos da Comunicação

Prévia e extinção de procedimento, nos termos no art.º do RJUE

Local: Rua Rafael Bordalo Pinheiro, lote 43 – B.º Trigache Norte – UF de Pontinha

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo

Processo n.º 165/2017/D/OVP

Nome: Nos Comunicações, S.A

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º

555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua do Brasil e Rua da Liberdade, Bairro Casal Novo – UF da Ramada e Caneças

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 222/2017/D/OVP

Nome: LisboaGás, GDL

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º DL n.º

555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Ilha do Faial – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 236/2016/D/OVP

Nome: Vodafone Portugal SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º

555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua da Liberdade, Rua do Vale Pequeno, Rua Zeca Afonso e Rua 1º de Maio – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 237/2016/D/OVP

Nome: Vodafone Portugal, SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua V. da Gama, Rua Damião de Gois e Outras

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Defiro o pedido

Processo n.º 238/2016/D/OVP

Nome: Vodafone Portugal, SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Várias Escolas – União das freguesias da Ramada e Caneças

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferir o pedido

Processo n.º @192/2016

Nome: António Martins Louro

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, lote 103 – B. Milharada – Pontinha

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @31/2017

Nome: Manuel Fernando Vilela da Silva

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua da Boa Hora – Lote 87 – Bairro dos Carrascais - Caneças

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 68/2016/OP/GI

Nome: António Antunes Pires

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidades

Local: Rua do Brasil – Lote 238ª – Bairro Casal Novo – Caneças

Data de despacho: 05.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 68/2017/IP

Nome: Rosa Margarida Dias

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua da Fé – Lote 42 – Bairro Novo do Trigache – Famões

Data de despacho: 06.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 273/2016/OP/GI

Nome: Mehnaze Ahmed

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro – Lote 143 – Ramada

Data de despacho: 06.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 471/2016/OP/GI

Nome: António Domingues Antunes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU



Local: Rua S. Miguel, lote 157 - Bº Moinho do Baeta – Caneças
Data de despacho: 06.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 288/2016/OP
Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, S.A
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Granja da Paradelas, lote 16 – Q. do Barruncho – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 06.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 362/2016/OP/GI
Nome: Adelino Ribeiro Sousa
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Cerca, lote C35 – B. dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 07.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 361/2016/OP/GI
Nome: Adelino Ribeiro Sousa
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade lote C33 – B. dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 07.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 143/2017/OP/GI
Nome: Manuel Fonseca
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Portimão – Lote 29 – B.º Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 07.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 482/2016/OP/GI
Nome: Armindo Pedro Fortes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 941B – B. Casal Novo – Famões
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 91/2016/OP
Nome: Esmeralda Santos
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Rosa Lobato Faria – Lote 87 – Odivelas
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 47/2017/OP
Nome: Abel Porfírio Velhinho da Glória
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Enfermeiro Fernando Calheiros – Alto dos Sinais – Caneças
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Licença

Processo n.º 349/2016/OP/GI
Nome: Artur Jorge Silva Almeida
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Flor do Minho, Lote 56 – Bairro Flor do Minho - Caneças
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 117/2017/OP/GI
Nome: Fernando Martins Ribeiro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Dórdio Gomes, lote 306 – B. Girassol – Ramada
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 356/2015/OP/GI
Nome: Joaquim Freire da Graça
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Isabel Aboim Inglês – Lote 8 – Bairro da Milharada – Pontinha
Data de despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa
Teor do Despacho: 11.07.2017

Processo n.º 92/2016/OP/GI
Nome: Adelino José Corga
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua da Fé – Lote 79 – Bairro Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 98/2016/OP/GI
Nome: Manuel Gonçalves Terras
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Moinho do Baeta – Lote 38 – Caneças
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se

Processo n.º 25/2017/IP
Nome: Nelson Filipe Fernandes Branco
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua dos Sinais – Caneças
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 188/2017/OP
Nome: Mundicenter – Espaços Comerciais, S.A
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Centro Comercial Strada – Estrada da Paia – Odivelas
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 174/2017/OP/GI
Nome: Alcino Pinto Santos Silva
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua José Gomes ferreira, n.º 39 – Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 440/2016/OP/GI
Nome: Maria de Lurdes Mateus Dias
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Avenida de São Sebastião – Lote 168 – bairro Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 105/2016/OP/GI
Nome: Ana Lúcia Castro de Carvalho
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 554 – Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 137/2017/OP/GI
Nome: Manuel Batista
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Luís Freitas Branco – Lote 364 – Bairro Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 215/2016/OP/GI
Nome: Luís Miguel Guerreiro Paulo
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Quinta da Silveira – Lote 565 – Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 127/2017/OP/GI
Nome: Sérgio Miguel da Silva Pinto
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Padre António Vieira – Lote 601 – casal dos Mochos – bairro dos Quatro - Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 125/2017/OP/GI
Nome: Joaquim Duarte Rodrigues
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Bonfim, lote 248 – B. Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 407/2015/OP
Nome: Colinas do Cruzeiro – Empreendimentos Imobiliários, S.A
Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação
Local: Rua Antero de Quental – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença Administrativa

Processo n.º 13976/CP/P/GI
Nome: José Manuel Moreira Pinto
Assunto: Declaração de Caducidade do Ato de Admissão da Comunicação Prévia artigo 71º do DL n.º 555/99 de 16/12 na sua atual redação
Local: B.º da Mimosa, lote 100 – Odivelas
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Declarada a caducidade

Processo n.º 166/2017/D/OVP
Nome: NOS Comunicações, SA
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação
Local: Rua José Viana e Rua Almada Negreiros – Ramada
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Defiro o pedido

Processo n.º 255/2017/D/OVP
Nome: Lisboa Gás, GDL, S.A
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação
Local: Rua Garcia da Horta – B. Casal Novo – UF da Ramada e Caneças
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11410/OP
Nome: Pontiprédio – Construção Civil, SA
Assunto: Prorrogação de prazo para pronúncia, em sede de audiência dos interessados
Local: Rua Florbela Espanca – Casal da Serra – Pontinha
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 123/2017/OP/GI
Nome: Maria do Sameiro Neto Ferreira Caçador
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 423 – Bairro Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 139/2017/IP
Nome: YourClinic Lda
Assunto: Informação Prévia
Local: Avenida D. Dinis n.º 59 - Odivelas
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 309/2016/OP/GI
Nome: Elisabete Maria Costa Castanheira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua de São Domingos, Lote 206 – Bairro Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença

Processo n.º 498/2015/OP/GI
Nome: Mário Alberto Pereira de Abel Traça
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Oeste, n.º 15 – B. Casal do Rato – Lote 286 – Pontinha



Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Declaro a caducidade da Licença

Processo n.º 403/2016/IP
Nome: José Domingos Fernando Brás
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua das Queimadas – B.º Casal das Queimadas à Quinta das Dálías – Famões
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 126/2017/OP/GI
Nome: Filipe Nuno Franco Henriques
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 19 de junho, lote 69 – B.º Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença administrativa

Processo n.º 200/2017/OP/GI
Nome: Paulo de Jesus Martins Birra
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Av. do Vale Grande, lote 145 – Vale Grande – pontinha
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 303/2016/OP/GI
Nome: Vitorino Martins dos Reis
Assunto: Aprovação dos Projetos de especialidade
Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro – Lote 757 – bairro Casal da Silveira-Famões
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 447/2016/OP/GI
Nome: Carla Alexandra Martinho Costa
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Rua Ruben A - Lote 472 – B. dos Quatro - Famões
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 472/2015/OP/GI
Nome: Edmundo José Marques Joaquim
Assunto: Comunicação Prévia de obras de edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua 1º Novembro – Lote 7 – Moinho do Baeta – Caneças
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 402/2016/OP/GI
Nome: João Aleixo Saraiva
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Rua Raul Proença – bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálías – Famões
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença

Processo n.º 484/2015/OP/GI
Nome: Rosa dos Prazeres Casimiro Filipe
Assunto: Aprovação dos Projetos de especialidade
Local: Rua da Giesta – Lote 7 – bairro Pinhal Verde – Caneças
Data de despacho: 18.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 450/2016/OP/GI
Nome: Carlos Eduardo Rodrigues Sarmento
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Raul/Rua Cesário Verde – lote 235 – B. Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 119/2017/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Augusto Amaral, lote 120 – B.º Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 74/2017/OP/GI
Nome: Maria Isabel Lapas Jorge
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Alecrim – Lote 355 – Bairro Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 122/2017/OP/GI
Nome: Armindo José Pereira
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação
Local: Rua 25 de Abril, lote 362 – B. Vale Pequeno – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 274/2016/OP/GI
Nome: Jorge Manuel Conceição
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Elina Guimarães – Lote 147 – Bairro Milharada – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 365/2016/OP/GI
Nome: Fernando Esteves
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Bonfim – Lote 244 – Bairro Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 212/2016/OP/GI
Nome: Fernanda Conceição Teixeira
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua das Oliveira , Lote 134 – B. Vale Pequeno – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 438/2016/OP/GI
Nome: Manuel Anes Matias
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Paulo Renato – Lote 1059 – Bairro Casal Novo - Famões



Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa
Processo n.º 327/2016/OP/GI
Nome: Associação de Moradores B. Trigache Sul
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua de Santo António. Lote 8 – Famões
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 504/2016/OP/GI
Nome: Pedro Nuno Marques Falcão
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Gentil Martins – Lote 46 – Bairro Novo Santo Eloy – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 353/2016/OP/GI
Nome: António Alves Pereira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade – lote 9 – Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 353/2016/OP/GI
Nome: António Alves Pereira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade – Lote 9 – Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 19.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 214/2016/OP/GI
Nome: Rui Alexandre de Sá Alves Dantas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Fernando Lopes Graça/Impasse B5 – Lote 224 – B. Granjas Novas – ramada
Data de despacho: 20.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 475/2015/OP/GI
Nome: Domingos Ramos Andrade
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º Janeiro – Lote 61 – Bº Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 21.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 46/2017/OP/GI
Nome: Carlos Jorge Marques Rodrigues
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Aquilino Ribeiro – Lote 944 – Casal Novo – Famões
Data de despacho: 21.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 279/2016/OP/GI
Nome: António Vieira de Castro Alves e Outro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Fernando Lopes Graça, lote 222 – B. Granjas Novas – Ramada
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 136/2017/OP/GI
Nome: Antónia maria Correia Paiva Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua José Afonso – Lote D8 – Pedernais – Ramada
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 364/2015/OP/GI
Nome: VMN, Imobiliária S.A
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Soeiro Gomes – Lote 883 – Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 201/2017/OP/GI
Nome: António Maria dos Reis
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua S. José – Lote 109 – Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 12/2017/OP/GI
Nome: Maria Pinto Ribeiro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Tavira, lote 24 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 320/2016/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Silva Gameiro e Outra
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua João de Barros – Lote 133 – Bº Alto de Famões
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 328/2016/OP/GI
Nome: Maria Albertina Mota Gaspar Portela
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Liberdade – Lote 3 – Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 354/2016/OP/GI
Nome: Mário Jorge
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Mira Sol – Lote 819 – Bairro Casal Novo – Famões



Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 137/2016/OP/GI
Nome: Maria Ester Pereira Pinto Raposo
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Av. S. Sebastião, n.º 32 – Lote 116 – B. Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 197/2016/OP/GI
Nome: Alberto Marques
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Vitorino Nemésio – Lote 378 – Bairro Trigache Norte - Famões
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 480/2016/OP/GI
Nome: Edgar Alexandre Fernandes dos Santos
Assunto: Aprovação Aquilino Ribeiro- lote 299 – B. Vale Pequeno – Pontinha
Local: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Data de despacho: 25.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 33/2017/OP/GI
Nome: Acácio Maria Justina Francisco
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua São Martinho, Lote 113 – B. Vale Grande - Pontinha
Data de despacho: 26.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 194/2015/OP
Nome: Iberalps Limitada
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Largo Vieira Caldas, n.º 2 – Caneças
Data de despacho: 26.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Declaro a caducidade da decisão de aprovação do projeto de arquitetura

Processo n.º 55/2015/OP/GI
Nome: Herminio Quintela
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 556 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 26.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 55/2017/OP/GI
Nome: Miguel Ângelo Cabral da Silva Farinha
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Miraflores – Lote 692ª – Bairro Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 100/2017/OP/GI
Nome: Inês Filipa Galhardo Calhandro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Sol Nascente, lote 212 – B. Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 500/2016/OP/GI
Nome: Carlos Monteiro dos Santos
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Chafariz, lote 43 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 17/2017/OP/GI
Nome: Lúcia de Jesus Ferreira Lopes Meireles
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Maria Amália Vaz de carvalho – lote 98 – Bairro da Milharada - Pontinha
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença

Processo n.º 18/2017/OP/GI
Nome: Maria Amélia Fernandes Pinhão Teixeira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de terrenos e Outras Ou
Local: Rua do Impasse, lote 24 – B. Casal da Perdigueira – pontinha
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 383/2016/OP/GI
Nome: Alberto Ribeiro Correia Caçador
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Eng. Edgar Cardoso, Lote 566 – B. Casal dos Mochos – Famões
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 496/2016/OP/GI
Nome: Emídio Ferreira Figueiredo de Sousa
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Juventude – Lote 415 – Bairro Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 488/2016/OP/GI
Nome: Fernando Augusto Cabral
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua D. Dinis, Lote A262 – Bairro dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 92/2015/OP
Nome: João Hugo Sales Garcia Coelho de Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Impasse à Rua da Fonte Castelo de Vide – Lote 5 – Caneças
Data de despacho: 27.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 170/2017/OP/GI
Nome: Construções Araújo & Machado, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Eduardo Viana, lote 139 – B. Casal dos Apréstimos – ramada
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 54/2017/OP/GI
Nome: António João Bentes Dias Nobre
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua das Fontainhas, lote 17 – B. das Fontainhas – Famões
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 186/2017/OP/GI
Nome: César Alexandre Ferreira Luís
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade São João da Madeira – lote 183 – B. Casal São Sebastião – Famões
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 142/2017/OP/GI
Nome: Idalmiro Costa
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Avenida Vale Grande, lote 75 – Pontinha
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 293/2016/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Freitas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Alfredo Dinis – Lote 255 – B. Girassol – Ramada
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 182/2017/OP/GI
Nome: Hermínio Vale Bernardo
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade, Lote 14 – B. Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado

Processo n.º 113/2017/OP/GI
Nome: Manuel Bento Dias de Carvalho
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua dos Bons Amigos – Lote 647 – B. Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 466/2016/OP/GI
Nome: Maria da Silva Caçador
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Boa Hora – Viv. Caçador – lote 92
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferido o pedido

Processo n.º 387/2016/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Santos Inácio
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Viana da Mota – Lote 176 – B. Encosta do Mourigo - Famões
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 465/2016/OP/GI
Nome: Gizela Maria Conceição Neves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Rua das Fontainhas – lote 37 – Bairro Fontainhas - Famões
Data de despacho: 28.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/9946, de 2017.08.22:

Processo n.º @143/2015
Nome: Lismago Sociedade de Construções Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Horta Grande e Cochós – Urb. Moinhos do Cruzeiro – Lote 6 – Famões
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 107/2015/OP
Nome: Frotimo – Frota Imobiliária Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua de Angola – EN n.º 8 – Olival Basto
Data de despacho: 11.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se o requerente



Processo n.º @73/2017
Nome: Manuel Fernando Ramos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Barbosa do Bocage, Lote 419 – Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @73/2017
Nome: Manuel Fernando Ramos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Barbosa do Bocage, lote 419 – Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 134/2015/OP/GI
Nome: Rosa Varela Pereira Martins Cameira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Avenida Ary dos Santos – Lote 9 – Bairro Quinta das Pretas – Famões
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @150/2016
Nome: António dos Santos Marques
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Tílias, lote 143 – Vale Pequeno – Pontinha
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @11/2016
Nome: Emília da Conceição Lacerda Miguéis
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 8 de junho, lote 91 – B. da Mímica – Odivelas
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 469/2015/OP/GI
Nome: Alda Maria Alves Ferreira Figueiredo Ferro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé – Lote 74 – Bº Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 469/2015/OP/GI
Nome: Alda Maria Alves Ferreira Figueiredo Ferro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé – Lote 74 – Bº Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 13.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 168/2017/OP
Nome: Bruno Manuel da Costa Melo
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Fernando Pessoa, Lote C28 – B. Pedernais – Ramada
Data de despacho: 14.07.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/9945, de 2017.08.22:

Processo n.º @-143/2015 – 12953/OP
Nome: LISMAGO – Sociedade de Construções Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Moinhos do Cruzeiro, lote 6, Horta Grande e Cochos
Data de emissão: 06.07.2017
Comprovativo n.º 49/2017

Processo n.º 86/2017/OP/GI
Nome: Paulo Jorge de Jesus Botelho
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade de Évora, lote 109, Bairro Casal São Sebastião
Data de emissão: 06.07.2017
Comprovativo n.º 50/2017

Processo n.º 454/2016/OP/GI
Nome: Odete de Jesus Veiga Rasteiro
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua da República, lote A 226, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 07.07.2017
Comprovativo n.º 51/2017

Processo n.º 252/2015/OP/GI
Nome: Margarida Nunes Rosa
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 312, Vale Grande
Data de emissão: 11.07.2017
Comprovativo n.º 52/2017

Processo n.º 341/2016/OP
Nome: Construções Araújo & Machado Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua dos Lilases, lote 2, Serra da Amoreira
Data de emissão: 12.07.2017
Comprovativo n.º 53/2017

Processo n.º @-76/2017 – 13795/CP/OP
Nome: SISANTOS – Construção Civil, Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Jardim da Amoreira, lote 91, Ramada
Data de emissão: 13.07.2017
Comprovativo n.º 54/2017

Processo n.º @-144/2016 – 34941/OCP/OC
Nome: NOVO BANCO, SA
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua General Norton de Matos, lote 470, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 13.07.2017
Comprovativo n.º 55/2017



Processo n.º @-449/2015 – 9570/OP
Nome: DSAR – Construção Civil, Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização da Ribeirada, lote 35, Odivelas
Data de emissão: 13.07.2017
Comprovativo n.º 56/2017

Processo n.º @-78/2017 – 14011/CP/OP/GI
Nome: Carlos Alberto de Carvalho Novais
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua GG1, lote 114, Bairro das Granjas Novas
Data de emissão: 15.07.2017
Comprovativo n.º 57/2017

Processo n.º 22/2017/OP
Nome: Maria Zita dos Reis Gouveia Cipriano Rocha
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua General Alves Roçadas, nº 38 e nº 40, Odivelas
Data de emissão: 19.07.2017
Comprovativo n.º 58/2017

Processo n.º @-198/2016 – 2449/OP
Nome: Industrial de Construções J. Gomes SA
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 4, lote 9, Odivelas
Data de emissão: 20.07.2017
Comprovativo n.º 59/2017

Processo n.º 85/2016/OP/GI
Nome: Arménio Barata Carvalho
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Casal do Monte, lote 12, Povia Santo Adrião
Data de emissão: 21.07.2017
Comprovativo n.º 60/2017

Processo n.º 386/2016/OP/GI
Nome: STEFAN BREAHA
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua da Peça, lote 565, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 27.07.2017
Comprovativo n.º 61/2017

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/9941, de 2017.08.22:

Alvarás de Construção

Processo n.º 124/2017/OP
Nome: COLINAS DO CRUZEIRO-Empreendimentos Imobiliários SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Marechal Gomes Costa - Famões
Data de emissão: 06.07.2017

Alvará n.º 118/2017

Processo n.º 24/2015/OP
Nome: SEVEN RIVERS – Investimentos Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua António Aleixo, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 11.07.2017
Alvará n.º 119/2017

Processo n.º 112/2017/OP
Nome: Michelangelo da Cunha Cocco
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 57, Odivelas
Data de emissão: 11.07.2017
Alvará n.º 120/2017

Processo n.º 149/2017/OP/GI
Nome: Paulo Jorge Afonso Mestre
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade S. João da Madeira, lote 186, Bairro Casal São Sebastião
Data de emissão: 11.07.2017
Alvará n.º 121/2017

Processo n.º @-74/2017 – 9399/OP
Nome: PONTIPRÉDIO – Construção Civil, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Ilha do Faial, Pontinha
Data de emissão: 11.07.2017
Alvará n.º 122/2017

Processo n.º 314/2016/OP/GI
Nome: José Fernando Gonçalves Branco
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Augusto Amaral, lote 116, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 12.07.2017
Alvará n.º 123/2017

Processo n.º 304/2016/OP/GI
Nome: Abílio dos Santos Laranjeira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Natália Correia, lote 196, Bairro da Milharada
Data de emissão: 14.07.2017
Alvará n.º 124/2017

Processo n.º 431/2016/OP/GI
Nome: Fábio Miguel Mendes Brunheta
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 71, Bairro Novo do Trigache
Data de emissão: 14.07.2017
Alvará n.º 125/2017

Processo n.º 313/2016/OP/GI
Nome: Joaquim Ferreira Matos
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Eng.º Duarte Pacheco, lote 607, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 15.07.2017
Alvará n.º 126/2017

Processo n.º 353/2015/OP
Nome: COMPRECONCIL – Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Quinta do Barruncho, lote 17, Granja da Paradelas
Data de emissão: 19.07.2017
Alvará n.º 127/2017



Processo n.º 476/2015/OP/GI
Nome: Jaime Manuel Correia Antunes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Carlos Reis, lote 59, BAIRRO Casal dos Empréstimos
Data de emissão: 19.07.2017
Alvará n.º 128/2017

Processo n.º 94/2017/D/OVP
Nome: TECNILOPES – Manutenções Elétricas Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, lote 227, Bairro Triagache Norte
Data de emissão: 19.07.2017
Alvará n.º 129/2017

Processo n.º 198/2017/D/OVP
Nome: PROARBA – Energia e Telecomunicações Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 939, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 20.07.2017
Alvará n.º 130/2017

Processo n.º 90/2016/OP/GI
Nome: Domingos Ramos Nunes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Beira, lote 301, Bairro Casal do Rato
Data de emissão: 21.07.2017
Alvará n.º 131/2017

Processo n.º 249/2016/OP
Nome: Diana Conceição Melo de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Praceta José Manuel dos Santos Carreira, lote AE 30, Famões
Data de emissão: 26.07.2017
Alvará n.º 132/2017

Processo n.º 428/2016/OP/GI
Nome: Paula de Fátima Cerdeira Mariano
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Engenheiro Duarte Pacheco, lote 611, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 26.07.2017
Alvará n.º 133/2017

Processo n.º 165/2017/D/OVP
Nome: NOS – Comunicações SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Brasil e na Rua da Liberdade, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 28.07.2017
Alvará n.º 134/2017

Processo n.º 360/2015/OP/GI
Nome: José da Graça Curado Prioste
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Associação, lote 35, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 28.07.2017
Alvará n.º 135/2017

Alvarás de Utilização

Processo n.º @136/2016
Nome: RFES – Construções Lda.
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Hermínio Silva, n.º 2 e 2A C/ Vãos de porta para a Rua Fernando Farinha n.º 12A e para a Praceta Fernando Maurício n.º 1 e 1A – Urb.
Jardim da Amoreira – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 05.07.2017
Alvará n.º 94/2017

Processo n.º 54/2015/OP/GI
Nome: João Carlos da Conceição Faria
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 43 – B.º Casalinho da Azenha – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 07.07.2017
Alvará n.º 95/2017

Processo n.º @143/2015
Nome: Lismago – Sociedade de Construções Lda.
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Urbanização Quinta da Horta Grande e Cochos, lote 6 – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 13.07.2017
Alvará n.º 96/2017

Processo n.º 64/2015/OP/GI
Nome: Maria Isabel da Silva Monteiro Costa
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Eng. Duarte Pacheco, n.º 35 e 35ª – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 14.07.2017
Alvará n.º 97/2017

Processo n.º 9354/OP/GI
Nome: Albino da Silva Farinha
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua S. Sebastião, lote 638 A – Bairro Casal da Silveira – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 19.07.2017
Alvará n.º 98/2017

Processo n.º 109/2015/OP/GI
Nome: Luís Nunes Lamego
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua das Fontainhas, lote 13 – Bairro das Fontainhas – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 20.07.2017
Alvará n.º 99/2017

Nome: 228/2016/OP/GI
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Norte, n.º 10, 10A, 10B, e 10C – Bairro Castelo Poente – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 20.07.2017
Alvará n.º 100/2017

Processo n.º 478/2015/OP/GI
Nome: Adelino Gaspar Alves
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Aquilino Ribeiro, n.º 5 e 5A – B.º Sete Quintas – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 21.07.2017
Alvará n.º 101/2017

Processo n.º 9321/OP
Nome: Josefina Augusta dos Santos Boialvo Cabrita Simão
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização



Local: Largo do Sr. Roubado, n.º 5, 5A, 5B, 5C, 5D - Odivelas
Data de emissão: 24.07.2017
Alvará n.º 102/2017

Processo n.º 9321/OP
Nome: Maria Emília Pires do Canto e Castro Moura Guedes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Largo do Sr. Roubado, n.º 5, 5A, 5B, 5C, 5D - Odivelas
Data de emissão: 24.07.2017
Alvará n.º 103/2017

Processo n.º @9/2014
Nome: Carla Sofia Chambino Marques Martins
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Rafael Bordalo Pinheiro – Lote 571 – Bairro Casal Novo – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 24.07.2017
Alvará n.º 104/2017

Processo n.º 14462/CP/OP/GI
Nome: Joaquim Duarte Luís
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Alfeu Gaspar do Amaral do Amaral, lote 132 – Bairro Trigache
Norte – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 26.07.2017
Alvará n.º 105/2017

Processo n.º 14882/CP/OP/GI
Nome: Emília da Conceição Lacerda Miguéis
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 8 de junho, n.º 28 e 28 A – Quinta da Mimosa - Odivelas
Data de emissão: 26.07.2017
Alvará n.º 106/2017

Processo n.º 11589/CP/OP/GI
Nome: Luís Filipe Pedroso Nabais Vaz
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Brasil, lote 357 – Bairro Casal Novo – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 26.07.2017
Alvará n.º 107/2017

Processo n.º 14776/CP/OP/GI
Nome: Tiago Alexandre Ferreira Carvalheiro e Outro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Travessa Ramalho Ortigão, n.º 1 – casal do Bispo – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 27.07.2017
Alvará n.º 108/2017

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 3 a 31 de julho de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/10089, de 2017.07.28:

NOTIFICAÇÕES PARA LIMPEZA DE TERRENOS

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Vasco Santana, lote 827, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Tamborices & Costa, Lda)
(Processo 101/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Rafael Bordalo Pinheiro, lote 576, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Francisco Lúcio Pires)
(Processo 127/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ferreira de Castro, lote 4, Bairro das Sete Quintas, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Agripino Nunes Macieira)
(Processo 194/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 900, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Luísa Carmen Teixeira Gomes)
(Processo 43/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-01
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 885, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Palmira Nova)
(Processo 34/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ponte da Bica, Lote 27, Bairro do Carvalheiro, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Helena Duarte)
(Processo 515/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 169, Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Sandra Sofia de Almeida Matos Gonçalves)
(Processo 43/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Guarda, lote 443 Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Associação de Moradores e Proprietários do Casal S. Sebastião)
(Processo 166/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 896, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Marcelino Pinto Teixeira)
(Processo 37/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-06-21
Data da notificação: 2017.07.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Avelar Brotero, junto ao lote 84, Bairro Castelo Poente, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria da Conceição Libério)
(Processo 143/DFM/06)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-05
Data da notificação: 2017.07.05

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Alexandre Herculano, junto ao lote 14, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Leopord)
(Processo 99/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-05
Data da notificação: 2017.07.05

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Enfermeiro Fernando Calheiros, junto ao n.º 13, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Júlio Manuel Cipriano Barbedo)

(Processo 107/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Travessa dos Artistas, lote 109, Bairro Moinho do Baeta, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Alves Nunes Marques)
(Processo 69/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Almada Negreiros, lote 202, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Tiago José Anjos de Moura)
(Processo 148/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Teotónio, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: António Gomes Moreira)
(Processo 194//DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 169, Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: António Francisco Cubaixo Soeiro)
(Processo 14//DFM/07)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Camélias, n.º 20, Bairro Casal do Privilégio, Póvoa, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Zulmira Leal da Fonseca)
(Processo 35/DFM/13)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras dos prédios n.º 11, 12, 13, 14 e 15 da Rua D. Afonso Henriques, Póvoa de Santo Adrião, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Sociedade Imobiliária Manuel Anselmo & Filhos, Lda.)
(Processo 28/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Castro da Amoreira, lote 8 A, Quinta do Castelo Poente, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Óscar Salvador dos Santos Pereira)
(Processo 179/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Oliveiras, lote 115, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)
(Processo 185/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 187, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Jorge Moreira Proença e Matilde)
(Processo 95/DFM/12)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua da Constituição a Rua das Oliveiras e o Largo do Chafariz, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)
(Processo 191/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 204, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Firma Exubermonium, Lda)
(Processo 108/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno identificado como artigo 107.º, secção D, Casal do Marco, Bairro da Bela Vista, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Firma Obriverca, S.A.)
(Processo 58/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Praceta das Mimosas, lote 1, Quinta das Dálías, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Adelino Henriques Carvalho)
(Processo 31/DFM/12)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua 8 de junho, Bairro da Mimosa, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Firma Odível Lar Sociedade de Construções, Lda)
(Processo 58/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fernandes, lote 43, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: João Silva Soares)
(Processo 88/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Quinta do José Luís, lotes 258 e 259, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: António Mestre)
(Processo 193/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Teotónio, lotes 260 e 267, Quinta José Luís, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Manuel Henriques Mestre)
(Processo 202/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Ary dos Santos, lote 49, Bairro Monte Verde, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Telma Alda Monteiro do Carmo)
(Processo 43/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 205, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Herdeiros de Augusto da Silva Mourão)
(Processo 89/DFM/11)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua João de Barros, lote 125, Bairro Alto de Famões, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Manuel da Conceição Ferreira)
(Processo 121/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Camélias, traseiras do n.º 10, quinta da Barroca, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Firma Geocontrol – Geotécnica e Estruturas de Fundação, S.A.)
(Processo 26/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Carvalho Araújo, lote 909, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Celeste Santos Alexandra)
(Processo 139/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Duque de Saldanha, lote 13, Bairro Quinta das Dálias, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Amândio de Jesus Pacheco)
(Processo 56/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Poeta José Régio, lotes 142 e 143, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Domingos António Queiroz)
(Processo 44/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 189 C, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Flor Guerreiro)
(Processo 80/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Horta da Eira, lote 6, Bairro do Sol Nascente, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Manuel Porfírio Teixeira Almeida)
(Processo 09/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 6 de Abril, lote 264, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: António Marçal)
(Processo 91/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Alto, lote 224, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Avelino Correia Rodrigues)
(Processo 42/DFM/13)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 208 F, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Fernandes Sequeira)
(Processo 57/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Primavera, n.º 40, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Fernando Pinto & Filipe Sociedade de Construção, Lda)
(Processo 50/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Vasco Matias, lote 313, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Ana Maria Rechena Castiço e Ricardo António Pinho Rodrigues)
(Processo 184/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Damião de Góis, n.º 164, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.



(Proprietário: Deolinda Nunes de Campos)
(Processo 68/DFM/14)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 189 B, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: António Manuel Dionísio Vieira)
(Processo 79/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua Cidade de Ponte de Sor, lote 226, Bairro Casal São Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Celestino Nunes Gabriel)
(Processo 54/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Central, lotes 52 e 53, Bairro das Mimosas, Odivelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Manuel Bernardo Conceição Calado)
(Processo 47/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Heróis de Chaimite, artigo 29.º, Secção F, Bairro das Mimosas, Odivelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Raul José dos Reis Moreira)
(Processo 74/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 189 D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Paulo Jorge Fernandes Lourenço e Ana Rita Lopes da Silva Lourenço)
(Processo 81/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de Macau, Urbanização "Encosta dos Pinheiros", do lote 2 ao lote 21, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Emílio e Companhia S. A.)
(Processo 52/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 173, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Vítor Pereira e Carlos Pereira)
(Processo 85/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Eucaliptos, lotes 70, 112 e 113, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Mário Jorge Dias Costa Gomes)
(Processo 168/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Eucaliptos, lote 66, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Jorge Manuel Almada Pereira)
(Processo 95/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Poeta Régio, lote 144, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Humberto Jorge da Rocha Prates)
(Processo 45/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Alecrim, lote 188, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Alfredo Gonçalves e Maria Palmira dos Reis Freitas)
(Processo 161/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-06-01
Data da notificação: 2017.06.07

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Carlos Ary dos Santos, lote 47, Bairro Monte Verde, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Francisco Abibo)
(Processo 131/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Quinta da Cabaça, junto à Vivenda Reis, artigo 39.º, Secção J, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Carlos Adelino Ferreira)

(Processo 05/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Teotónio, lote 269, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: José Taveira Correia Caçador Ferreira)

(Processo 201/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Martinho, lote 70, Quinta José Luís, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Manuel Batista Gomes)

(Processo 44/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Carlos Reis, artigos 83.º e 84.º, secção C, Ramada nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Firma BemHaja & Filhos, Lda)

(Processo 156/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Vasco Santana, lote 8, Bairro da Condessa, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: António de Sousa)

(Processo Firma Maria de Lurdes de Almeida & Silva Chendo)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro Quinta das Arrombas, lote 50, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria Corália da Conceição Pinto Janeiro)

(Processo 116/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ponte da Bica, lote 4, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria Helena Duarte)

(Processo 26/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 25 de Abril, lote 344, Bairro Vale Pequeno, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria da Silva Pereira Marques)

(Processo 37/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Rio Maior, lote 231, Bairro Casal São Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Firma Odivelobras)

(Processo 236/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-06-01

Data da notificação: 2017.06.07

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fernando Lopes Graça, lote 223, Granjas Novas, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Firma Inovacil – Sociedade de Construção Civil, Lda)

(Processo 10/DFM/13)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Boa Vontade, junto à “Vivenda Santos”, Ponte da Bica, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Josefa Alves da Cunha)

(Processo 56/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Poder Local, n.º 53, Serra da Amoreira, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria José Pereira Cortez)

(Processo 6/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Castro da Amoreira, lote 7, Quinta do Castelo Nascente, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42.º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: António Antunes)

(Processo 178/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-18

Data da notificação: 2017.07.18



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Rainha D. Amélia, lote 34, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Suleman Mussa Jubdub)
(Processo 52/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Antônio Sérgio, lote 45, Quinta do José Luís, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Suleman Mussa Jussub)
(Processo 53/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-18
Data da notificação: 2017.07.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Miguel, lote 56, Casal do Rato, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Rui Manuel Ribeiro Magalhães)
(Processo 15/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da vitória, lotes 59 e 60, Bairro Casal do Rato, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Rui Manuel Magalhães)
(Processo 16/DFM/15 e 17/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Pastores, lote 125, Bairro dos Pedernais, Odivelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Fernanda de Jesus Carrasqueira Pereira)
(Processo 59/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-06-01
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Miradouro, lotes 236 e 237, Bairro Casal do Bispo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Domingos Santos)
(Processo 66/DFM/13 e 67/DFM/13)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Brás, lote 88, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José dos Remédios Cardoso)
(Processo 61/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua D. Afonso VI, lote 363, Serra da Luz, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Comissão de Moradores da Serra da Luz)
(Processo 01/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Ponte de Sor, lote 96, Bairro Casal São Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Hugo Alexandre Duarte e Vanessa Sofia Santos Cabral)
(Processo 18/DFM/14)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Lisboa, lote 112, Bairro Casalinho da Azenha, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Joaquim António Ramos Paixão)
(Processo 40/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Braga, lote 560, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Gertrudes Maria Cespeded Malhado)
(Processo 129/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 16 de abril, do lote 157 ao lote 160, Bairro do Sol Nascente, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Associação de Melhoramentos e Urbanismo do Bairro do Nascente)
(Processo 136/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Teotónio, lotes 277 e 278, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Filipe Manuel Coelho da Silva)
(Processo 199/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-20
Data da notificação: 2017.07.20



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Impasse, lote 44, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos

Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Ilda Murta)

(Processo 93/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Gama Pinto, lote 1 e 2, Urbanização Colinas do Cruzeiro, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Millenium BCP, S.A.)

(Processo 27/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Silva, lote 33, Bairro Quinta da Condessa, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Jorge Manuel de Almeida Pereira)

(Processo 16/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Aveiro, lote 540, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: João Fernando Alves Lopes)

(Processo 04/DFM/14)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua do Norte, lote 87, Bairro do Castelo Poente, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Eduardo Chaves Carocha)

(Processo 81/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua Dr. Gentil Martins, lote 27, Bairro Novo Santo Eloy, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Faustino Duarte Gonçalves)

(Processo 180/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Almeida Garrett, lote 266, Vale Pequeno, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Américo Antunes e Lucinda de Jesus)

(Processo 143/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua do Ribeirinho, lote 46, Bairro Quinta das Canoas, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Francisco José Martins)

(Processo 126/DFM/12)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-20

Data da notificação: 2017.07.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Augusto Costa, lote 52 e 53, Bairro Quinta da Condessa, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Joaquim Antunes e Maria Guilhermina da Silva Teixeira Antunes)

(Processo 19/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-03

Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua da Liberdade, n.º 1, Bairro Novo de Santo Eloy, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Administração de Condomínio)

(Processo 32/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-03

Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua da Liberdade, lote 107 e a Rua dos Eucaliptos, lote 106, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Leonel Costa Dias)

(Processo 34/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-03

Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 169, Casal das Apréstimos, Ramada nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Leonel Costa Dias)

(Processo 34/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se - Data: 2017-07-03

Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Gaveto da Rua Padre Heitorzinho com a Rua General Norton de Matos, lote 94, Bairro Novo Santo Eloy, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria Sofia Loureiro França)

(Processo 31/DFM/15)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua D. Dinis, artigo 15.º, Secção M, Serra da Luz, Odívetas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Teresa Xara Brasil)
(Processo 06/DFM/12)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro Quinta das Arrombas, lote 97, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Herdeiros de António da Cruz Correia)
(Processo 109/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua 11 de Março, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Fernando Costa Carvalho)
(Processo 280/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Cruzamento da Rua Mário Viegas com a Rua do Alecrim, lotes 93 e 94, Vale Pequeno, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Elísio Ferreira de Almeida e Célia de Jesus Paulo)
(Processo 195/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 173, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Fernando Rodrigues Pedrinho)
(Processo 86/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno sito na Rua Maria da Fonte, lote 173 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria do Pranto Gaspar da Silva)
(Processo 84/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Franciscos, lote 2, Bairro Casal da Fonte, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Manuel Francisco Alves)
(Processo 108/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Franciscos, lote 3, Bairro Casal da Fonte, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Maria Gabriela e Bernardo Nuno dos Santos)
(Processo 102/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 192, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Amadeu Garcia)
(Processo 82/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Canoas, lote 112, Bairro Novo de Santo Eloy, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: João Paulo Silveira dos Santos Pinheiro)
(Processo 39//DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 235, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Joaquim Caldeira Simões)
(Processo 90/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-06-01
Data da notificação: 2017.06.14

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 208 e 208 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: João Batista Regueiro Gonçalves)
(Processo 58/DFM/16 e 66/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 189 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Manuel Dias Fernandes)
(Processo 78/DFM/11)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Silva, lote 46, Bairro Novo de Santo Eloy, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: António Cardoso Barata)
(Processo 119/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Almeida Garrett, lote 265, Vale Pequeno, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Eveline Edite Correia Rodrigues e José Monteiro dos Santos)
(Processo 145/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Braga, lote 562, Vale Grande, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Isabel Conceição Maria e Manuel Joaquim Ramos)
(Processo 110/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua n.º 1 e a Rua Padre Américo Monteiro de Aguiar, artigo 69, Secção L, Quinta do José Luís, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Gertrudes Coelho Frade)
(Processo 195/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre o Casal do Rato e o Casalinho do Porto da Paiã, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Marques Nunes Vidas)
(Processo 136/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua de São Teotónio, lote 276, a Quinta do José Luís e a Rua Padre Américo Monteiro, lote 76, Bairro Encosta da Luz, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Januário de Jesus Nascimento)
(Processo 200/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Lagos, lote 168, Bairro Casal São Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Elisabete Brito Trindade)
(Processo 08/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Dr. Sidónio Pais, traseiras do n.º 54, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Henrique Santos Conceição)
(Processo 39/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Flores, lote 162, Bairro Encosta da Luz, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Jorge Manuel Rodrigues da Cal)
(Processo 102/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, lote 106 A, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: António José Pequeto Lopes)
(Processo 113/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-06-01
Data da notificação: 2017.06.14

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua General Alves Roçadas, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Firma Inovacil – Sociedade Construção Civil, Lda)
(Processo 50/DFM/13)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Quintinha da Arroja, lote 22, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Mário Miguel Fernandes Simão)
(Processo 07/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Freitas, lote 1, Bairro Quinta da Fonte, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.

(Proprietário: Paulo Jorge Martins de Azevedo)
(Processo 98/DFM/10)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Quintinha da Arroja, lote 16, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Manuel dos Santos da Cruz)
(Processo 06/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no final da Rua Gama Pinto, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Pedroso Nunes)
(Processo 02/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Moinhos, lote 2, Arroja Velha, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Joaquim Ribeiro Nunes)
(Processo 33/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua António Laureano e a Rua António Feliciano Castilho, artigo 63.º, secção L, traseiras do Pingo Doce, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Casa de Repouso Nossa Senhora Rainha dos Anjos)
(Processo 113/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua Heróis de Chaimite a Rua Álvaro de Campos, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Manuel José Gonçalves Pires)
(Processo 44/DFM/07)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Mirante, lote 252, Bairro Vale do Forno, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Abdul Aziz Normohomed)
(Processo 179/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no final da Rua Palmira Bastos, artigo 4.º, secção E, junto ao LIDL, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: António Seone Vidal)
(Processo 192/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Bela Vista, lote 46, Arroja Velha, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Vítor Manuel Pires Bandeira)
(Processo 168/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Castelinho, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Isabel Figueiredo Carmona de Abreu Lopes Mota)
(Processo 04/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no cruzamento da Rua do Castelinho, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 04/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Comércio, traseiras do lote 185, Bairro Encosta da Luz, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Administração do Bairro Encosta da Luz)
(Processo 41/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Poço, lote 20, Bairro Quinta da Serra, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Eduardo Manuel Mendes Rodrigues)
(Processo 559/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre as traseiras da Rua do Chafariz, lotes 142 e 143, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.



(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)
(Processo 189/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.06.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Pinheiros, lote 121, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: José Afonso Matos Carrapato)
(Processo 188/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Chafariz, lote 138, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaço/s Públicos.
(Proprietário: Maria Manuela Fonte dos Santos Correia)
(Processo 190/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se - Data: 2017-07-03
Data da notificação: 2017.07.27

APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO

Assunto: Aplicação de medida cautelar de encerramento do estabelecimento denominado “Café Muana”
Proposta da Chefe da Divisão de Fiscalização Municipal - Elisabete Lucas: INTERNO/2017/6595 de 2017.06.06
Proposta do Senhor Vereador Edgar Valles: INTERNO/2017/6595 de 2017.06.07
Data da decisão do Senhor Presidente da Câmara: 2017.06.08
Data da decisão em Reunião de Câmara: 2017.06.14

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA

Assunto: Remoção de um veículo Skoda Felícia, com a matrícula 23-78-JU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 40/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.10
Data da remoção: 2017.07.11

Assunto: Remoção de um veículo Fiat, com a matrícula 54-77-PM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 59/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21

Data da remoção: 2017.07.11

Assunto: Remoção de um veículo VW Golf, com a matrícula 61-72-MP, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 60/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.27
Data da remoção: 2017.07.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 37-92-SA, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 61/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.11

Assunto: Remoção de um veículo Lancia Y, com a matrícula 48-64-CO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 124/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.11
Data da remoção: 2017.07.11

Assunto: Remoção de um veículo Renault Laguna, com a matrícula 47-AE-97, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 125/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.12

Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula 91-02-GE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n° 62/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.06
Data da remoção: 2017.07.13

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula 06-83-BX, nos termos do disposto nos Arts.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou



Indevidamente na Via Pública (Processo nº 126/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.05.04
Data da remoção: 2017.07.13

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes-Benz, com a matrícula 34-46-KA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 127/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.13

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, com a matrícula BT-97-30, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 128/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault 9, com a matrícula JS-62-85, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 63/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.17

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Fiorino, com a matrícula 82-94-IU, nos termos do disposto nos artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 129/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.18

Assunto: Remoção de um veículo Piaggio, com a matrícula 60-01-DI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 63/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.06.26

Data da remoção: 2017.07.18

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Boxer, com a matrícula 08-46-MI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.19

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 35-22-GI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 67/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.19

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Zx, com a matrícula XZ-69-52, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 66/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.19

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 41/VIAT/PV/OL/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.17
Data da remoção: 2017.07.19

Assunto: Remoção de um veículo Ford Mondeo, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 65/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.19



Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 68/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.06.26
Data da remoção: 2017.07.19

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 95-04-GX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 130/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.26
Data da remoção: 2017.07.20

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai, com a matrícula 53-40-LT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 131/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.20
Data da remoção: 2017.07.20

Assunto: Remoção de um veículo Ford Galaxy, com a matrícula 83-30-LE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 132/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.20

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai Coupe, com a matrícula 56-27-JE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 69/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.20

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes Vito, com a matrícula 10-32-ND, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 42/VIAT/PV/OL/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.20

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Hiace, com a matrícula QR-41-18, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 43/VIAT/PV/OL/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.10.20
Data da remoção: 2017.07.21

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 45-92-DQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.21

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 09-52-JJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 133/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.21

Assunto: Remoção de um veículo Mini Cooper, com a matrícula 93-QG-91, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 70/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.06.20
Data da remoção: 2017.07.21

Assunto: Remoção de um veículo Jeep Cherokee, com a matrícula 92-06-LE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 136/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.25



Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 67-68-ZC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº135/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 87-63-OX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº134/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Carisma, com a matrícula 07-46-TP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº137/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula 78-62-BX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº138/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 21-36-IE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 71/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.07
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Audi 80, com a matrícula 22-12-OM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 72/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.21

Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Honda Civic, com a matrícula 68-71-ZN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 44/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.14
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 39-56-RA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 45/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.06.07
Data da remoção: 2017.07.25

Assunto: Remoção de um veículo Renault Trafic, com a matrícula 65-66-CR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 142/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Mazda Demio, com a matrícula 51-36-SI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 141/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 18-46-NX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 73/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 50-69-HT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou



Indevidamente na Via Pública (Processo nº 65/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.06.08

Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula 00-25-GS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 139/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, com a matrícula QH-95-09, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 140/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 31-53-IB, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 74/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 32-06-DI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 75/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.26

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 34-77-FH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 143/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 41-30-XX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 76/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 04-FZ-32, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 78/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Ford, com a matrícula 44-82-EC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 77/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula 94-94-LE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 150/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Seat, com a matrícula 90-60-DG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 149/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.27



Assunto: Remoção de um veículo Volvo, com a matrícula BP-63-32, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 148/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Marea, com a matrícula 01-05-IV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 147/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 36-04-PT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 146/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 38-30-QV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 145/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Renault 19, com a matrícula 66-61-EM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 144/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.27

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 10-36-GP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 151/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Lancia Y, com a matrícula 12-96-IV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 152/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Seat Cordoba, com a matrícula 89-47-IM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 153/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Lancia Thema, com a matrícula IQ-83-26, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 154/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Sunny, com a matrícula 49-03-DM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 155/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 38-14-QL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 156/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.07.25
Data da remoção: 2017.07.28



Assunto: Remoção de um veículo Citroen C 5, com a matrícula 59-BG-70, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 157/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xsara, com a matrícula 27-33-PN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 158/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Adria (reboque), com a matrícula P- 74630, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 66/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.05.05

Data da remoção: 2017.07.28

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Corola, com a matrícula 18-64-AI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 79/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no art.º 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.07.25

Data da remoção: 2017.07.28



ANEXO

ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO ACEP



ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO ACEP



MUNICÍPIO DE ODIVELAS

ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO

Preâmbulo

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante abreviadamente designada pelo LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê, nos artigos 13.º e 14.º, que determinadas matérias possam ser objeto de regulamentação coletiva de trabalho, concedendo o artigo 364.º legitimidade aos Municípios para conjuntamente com as associações sindicais celebrarem acordos coletivos de empregador público, também designados por ACEP.

Atendendo às especificidades dos serviços que o Município de Odivelas presta aos seus munícipes e ainda aos meios de que deve dispor para prossecução dos objetivos, importa salvaguardar os direitos dos trabalhadores necessários à sua realização, permitindo uma maior conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, elevando os níveis de motivação no desempenho das suas funções.

Em face do exposto, é estabelecido o presente Acordo Coletivo de Empregador Público, entre:

PELO EMPREGADOR PÚBLICO

Hugo Manuel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

PELAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

José Joaquim Abraão, em representação da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos;

João Carlos Quintino Samina Coelho e Ludgero Paulo Nascimento Pintão, em representação do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins;

Maria Helena Correia da Silva Rodrigues e Paulo Bernardo e Sousa, em representação do STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos.

-----, em representação do STFPSSRA - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas;

DORAVANTE DESIGNADAS PARTES, QUANDO REFERIDAS CONJUNTAMENTE.



Capítulo I

Âmbito de aplicação e vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito de aplicação

1 - O presente Acordo Coletivo de Empregador Público, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se aos trabalhadores filiados nos sindicatos subscritores, vinculados em regime de contrato de trabalho em funções públicas, integrados nas carreiras de técnico superior, de assistente técnico e de assistente operacional, carreiras especiais e subsistentes, que exercem funções no Município de Odivelas, doravante designado por Município.

2 – O Acordo aplica-se, ainda, a todos os trabalhadores do Município que durante a vigência do mesmo se vierem a filiar nos sindicatos subscritores, bem como aos restantes trabalhadores não filiados, sem prejuízo, quanto a estes últimos, do exercício dos direitos de oposição e opção previstos no artigo 370.º da LTFP.

3 – Para cumprimento do disposto na alínea g), do artigo 365.º da LTFP, estima-se que serão abrangidos por este Acordo cerca de 1151 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência, denúncia e sobrevivência

1 – O Acordo entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e vigora pelo prazo de dois anos.

2 – Decorrido o prazo mencionado no número anterior, o Acordo renova-se sucessivamente por períodos de dois anos.

3 – A denúncia e sobrevivência do Acordo seguem os trâmites legais previstos nos artigos 374.º a 376.º da LTFP.

Capítulo II

Períodos de funcionamento e atendimento

Cláusula 3.ª

Período de funcionamento

O período de funcionamento da Câmara Municipal de Odivelas inicia-se às 8.00h e termina às 20.00h.

Cláusula 4.ª

Período de atendimento

1 - Os serviços com atendimento ao público devem praticar um horário contínuo, com a duração de sete horas diárias e que abranja o período da hora de almoço.



2 – Sempre que a natureza das atividades desenvolvidas o justifique, poderá ser fixado um horário de atendimento ao público mais alargado.

3 – Para efeitos do disposto nos números 1 e 2, os serviços poderão adotar uma ou várias modalidades de horário de trabalho previstas neste Acordo, mediante prévia auscultação dos trabalhadores, através das suas organizações representativas.

Capítulo III

Duração e Organização do tempo de trabalho

Cláusula 5.ª

Período normal de trabalho

1 – O período normal de trabalho semanal é de trinta e cinco horas, distribuídas por um período normal de trabalho diário de sete horas.

2 – Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas de trabalho por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho suplementar.

3 – A regra de aferição do cumprimento do período normal de trabalho é diária, sem prejuízo do horário flexível em que a aferição é efetuada mensalmente.

Cláusula 6.ª

Intervalo de descanso e descanso semanal

1 - Sem prejuízo do disposto na lei, o período normal de trabalho diário será interrompido por um intervalo para refeição ou descanso não inferior a uma nem superior a duas horas, não podendo os trabalhadores prestar mais de cinco horas de trabalho consecutivo.

2 - Quando circunstâncias relevantes devidamente fundamentadas o justifiquem e mediante acordo com o trabalhador, o intervalo de descanso pode ser reduzido para 45 minutos, para que, uma vez por semana, possa durar 2 horas.

3 - Quando, na situação prevista no número anterior, a modalidade de horário de trabalho adotada for a do horário flexível, uma das horas do intervalo de descanso pode ser gozada nas plataformas fixas.

4 - Os trabalhadores têm direito a um dia de descanso semanal obrigatório, acrescido de um dia de descanso semanal complementar, que devem coincidir com o domingo e o sábado, respetivamente.

5- Os dias de descanso semanal obrigatório e semanal complementar só podem deixar de coincidir com o domingo e o sábado, respetivamente, nos casos previstos nos números 3, 4 e 5 do artigo 124.º da LTFP.



Cláusula 7.^a

Modalidades de horário de trabalho

1 - No Município são previstas as seguintes modalidades de horário de trabalho:

- a) Horário rígido;
- b) Horário flexível;
- c) Jornada contínua;
- d) Horário desfasado;
- e) Trabalho por turnos;
- f) Trabalho noturno;
- g) Isenção de Horário;
- h) Meia jornada.

2 – Sem prejuízo dos horários já implementados, em função das características dos serviços ou no interesse dos trabalhadores e da fixação de outros previstos neste Acordo, a modalidade de horário normalmente praticada no Município é o horário flexível, tendo obrigatoriamente de respeitar as regras previstas na cláusula 9.^a do Acordo.

3 - Para além dos horários referidos no número 1, podem, em casos devidamente fundamentados, ser fixados horários específicos, cumprindo-se, para o efeito, o estabelecido na cláusula 14.^a.

4 – O Município não pode alterar unilateralmente os horários de trabalho individualmente acordados.

5 – As alterações dos horários de trabalho devem ser fundamentadas e precedidas de consulta dos trabalhadores abrangidos e de consulta aos sindicatos outorgantes do Acordo.

6 – Excetua-se do disposto no número anterior a alteração de horário de trabalho cuja duração não seja superior a uma semana, desde que seja registada no processo do trabalhador, com a menção de que foi consultada a estrutura de representação coletiva dos trabalhadores referida no número anterior e o Município não recorra a este regime mais de três vezes por ano.

7 – A alteração que implique acréscimo de despesas para o trabalhador confere direito a compensação económica.

8 – Havendo trabalhadores do Município pertencentes ao mesmo agregado familiar, a fixação do horário de trabalho deve tomar sempre em conta esse facto.

9 – Em todos os serviços serão afixados, em local visível, os respetivos mapas dos horários de trabalho.

Cláusula 8.^a

Horário Rígido

1– Horário rígido é a modalidade de horário de trabalho em que o cumprimento da duração semanal se reparte por dois períodos de trabalho diário, com horas de entrada e de saídas fixas, separadas por um intervalo de descanso.



2 – O horário rígido desenrola-se entre dois períodos:

- a) Período da manhã: das 9.00h às 12.30h;
- b) Período da tarde: das 14.00h às 17.30h.

3 – Entre o Município e os trabalhadores podem ser acordadas modalidades de horário rígido, sendo possível reduzir o período de descanso para 1 hora.

Cláusula 9.^a

Horário flexível

1 – Entende-se por horário flexível aquele que permite ao trabalhador gerir os seus tempos de trabalho, de acordo com as necessidades do serviço e a sua disponibilidade, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 – A adoção da modalidade de horário flexível e a sua prática não podem afetar o regular funcionamento dos serviços, especialmente no que diz respeito às relações com o público.

3 – Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho.

4 – A adoção do horário flexível está sujeita à observância das seguintes regras:

- a) A prestação do trabalho pode ser efetuada entre as 08.00h e as 20.00h, com dois períodos de presença obrigatória (plataformas fixas), das 10.00h às 12.30h e das 14.30h às 16.30h;
- b) A interrupção obrigatória de trabalho diário é de uma hora, entre as 12.30h e as 14.30h;
- c) O cumprimento da duração de trabalho é aferido ao mês.

5 – Os trabalhadores sujeitos ao cumprimento do horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho estão obrigados a:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de trabalhadores que assegurem o normal funcionamento dos serviços;
 - b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
 - c) Assegurar a realização de trabalho extraordinário diário que lhe seja determinado pelo superior hierárquico.
- 6 – No final de cada período mensal de aferição, há lugar:
- a) À marcação de falta, a justificar, por cada período igual ou inferior a 7 horas, sendo reportada ao último dia ou dias do mês a que o débito respeita.
 - b) À atribuição de créditos de horas, até ao máximo de 7 horas, sendo feita no período seguinte àquele que conferiu ao trabalhador o direito à atribuição dos mesmos.



7 – Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o excesso ou o débito de horas apurado no final de cada mês pode ser transposto para o mês seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

Cláusula 10.^a

Jornada contínua

1 – A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, excetuado um único período de descanso não superior a 30 minutos que, para todos os efeitos legais, se considera como tempo de trabalho.

2 – A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determina uma redução do período normal de trabalho diário de uma hora.

3 – A jornada contínua pode ser autorizada nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- b) Trabalhador adoptante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;
- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;
- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;
- e) Trabalhador-estudante
- f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;
- g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

4 – Nas situações cumulativas de amamentação ou aleitação e jornada contínua, a prestação de trabalho é de 5 horas diárias.

Cláusula 11.^a

Horário desfasado

1 – O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado em cada dia e semana, respetivamente o período normal de trabalho diário e semanal, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinadas carreiras e/ou categorias, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e de saída.

2 – Havendo conveniência de serviço, é permitida a modalidade de horário desfasado, designadamente nos setores ou serviços que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados, sem prejuízo de prévia audição das associações sindicais.



Cláusula 12.^a

Trabalho por turnos

1 – Considera-se trabalho por turnos qualquer modo de organização do trabalho em equipa em que os trabalhadores ocupem sucessivamente os mesmos postos de trabalho, a um determinado ritmo, incluindo o rotativo, que pode ser de tipo contínuo ou descontínuo, o que implica que os trabalhadores podem executar o trabalho a horas diferentes no decurso de um dado período de dias ou semanas.

2 - A prestação de trabalho em regime de turnos obedecerá às seguintes regras:

- a) Os turnos devem, na medida do possível, ser organizados de acordo com as preferências manifestadas pelos trabalhadores;
- b) A duração do trabalho de cada turno não poderá exceder os limites máximos dos períodos normais de trabalho;
- c) O trabalhador só pode ser mudado de turno após o dia de descanso semanal obrigatório, salvo acordo do trabalhador em sentido contrário.

3 – No horário por turnos os dias de descanso semanal, obrigatório e complementar, são os fixados nas respetivas escalas.

4 – Os dias de descanso, em cada período de sete dias, a que têm direito os trabalhadores que trabalham em regime de laboração contínua ou que assegurem serviços que não possam ser interrompidos, corresponderão ao sábado e domingo, pelo menos de quatro em quatro semanas.

5 – Os serviços obrigam-se a afixar com, pelo menos, um mês de antecedência, as escalas de turno a vigorar no mês seguinte.

6 – O intervalo para refeição tem uma duração mínima de trinta minutos, sendo considerado, para todos os efeitos, como tempo de trabalho efetivo, desde que o trabalhador permaneça no seu local de trabalho ou próximo dele.

7 – Os intervalos para refeições, devem em qualquer caso, recair totalmente dentro dos períodos a seguir indicados:

- a) Almoço – entre as 12.00h e as 14.30h;
- b) Jantar – entre as 18.00h e as 21.30h;
- c) Ceia – entre as 02.00h e as 04.00h.

8 – Salvo o disposto no número seguinte, no período de tempo estabelecido para as refeições os trabalhadores podem ausentar-se dos seus locais de trabalho.

9 – Aos trabalhadores que não possam abandonar as instalações para tomarem as refeições, o Município poderá facultar um local adequado para esse efeito.

10 – São permitidas trocas de turnos entre trabalhadores que desempenhem as mesmas funções, desde que sejam acordadas entre eles e previamente aceites pelos serviços e não originem a violação de normas legais imperativas.



11 – Não serão admitidos os pedidos de troca de turnos que impliquem a prestação de trabalho no dia de descanso semanal obrigatório ou impliquem a prestação de trabalho em turnos consecutivos no mesmo dia (das 00.00h às 24.00h).

12- O trabalhador que comprove a impossibilidade de trabalhar por turnos, por motivos de saúde do próprio, pode solicitar a alteração da modalidade de horário, observado o seguinte:

- a) A comprovação a que se refere este número faz-se mediante parecer favorável quer do médico indicado pelo Município, quer do médico do trabalhador;
- b) Se os pareceres dos médicos das partes se revelarem de conteúdo divergente, será pedido um novo parecer a um terceiro médico, designado de comum acordo entre o Município e o trabalhador, caso em que o respetivo parecer será vinculativo para ambas as partes.

13 – O regime de turnos é permanente quando o trabalho for prestado em todos os sete dias da semana, semanal prolongado quando for prestado em todos os cinco dias úteis e no sábado ou domingo e semanal quando for prestado apenas de segunda-feira a sexta-feira.

14 – O regime de turnos é total quando for prestado em, pelo menos, três períodos de trabalho diário e parcial quando for prestado apenas em dois períodos.

Cláusula 13.^a

Suplemento remuneratório de turno

1 - Desde que um dos turnos seja total ou parcialmente coincidente com o período de trabalho noturno, os trabalhadores por turnos têm direito a um acréscimo remuneratório cujo montante varia em função do número de turnos adotados, bem como da natureza permanente ou não do funcionamento do serviço.

2. O acréscimo referido no número anterior, relativamente à remuneração base, é calculado de acordo com as seguintes percentagens:

- 25% - Regime permanente e total - (7 dias/semana – 3/turnos);
- 22% - Regime permanente e parcial - (7 dias/semana – 2/turnos);
- 22% - Regime semanal prolongado e total - (5 dias/semana+Sáb.ou Dom./3 turnos);
- 20% - Regime semanal prolongado e parcial - (5 dias/semana+Sáb.ou Dom./2 turnos);
- 20% - Regime semanal e total - (5 dias/semana/3 turnos);
- 15% - Regime semanal e parcial - (5 dias/semana/2 turnos).

Cláusula 14.^a

Horários específicos

1- Podem ser fixados horários de trabalho específicos em situações devidamente fundamentadas, nomeadamente:



- a) Nas situações previstas no regime da parentalidade, definido nos artigos 33º e seguintes do Código de Trabalho e demais disposições legais, por remissão do artigo 4º, nº 1, alínea d), da LTFP;
- b) A trabalhadores-estudantes, nos termos dos artigos 89º e seguintes do Código do Trabalho, por remissão do artigo 4º, nº 1, alínea f), da LTFP do art.90.º do Código do Trabalho;
- c) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes o justifiquem;
- d) No interesse do serviço, sempre que circunstâncias relevantes relacionadas com a natureza das atividades desenvolvidas o justifiquem.

2- A fixação de horário nos termos e para os efeitos previstos depende de requerimento do trabalhador e de despacho do Presidente da Câmara ou de quem tenha esta competência delegada.

3- No caso previsto na alínea d) do número 1, tratando-se de uma alteração unilateral, deve o Município observar o procedimento previsto na cláusula 7.ª, número 5, do presente Acordo.

Cláusula 15.ª

Isenção de horário de trabalho

1 – Para além dos casos previstos no n.º 1, do art.º 117.º, da LTFP ou noutras disposições legais, podem gozar da isenção de horário, mediante celebração de acordo escrito com o Município, devidamente fundamentado, os trabalhadores integrados nas seguintes carreiras e categorias:

- a) Técnico superior;
- b) Coordenador técnico;
- c) Encarregado geral operacional;

2- Podem ainda gozar da isenção de horário, os trabalhadores integrados noutras carreiras/categorias, cujas funções, pela sua natureza, tenham de ser efetuadas fora dos limites dos horários normais de trabalho, ou que sejam regularmente exercidas fora do serviço onde o trabalhador está colocado.

3 – A isenção de horário de trabalho reveste a modalidade de observância do período normal de trabalho semanal acordado previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 118º da LTFP.

4- A isenção de horário não prejudica o direito aos dias de descanso semanal obrigatório, aos feriados obrigatórios, aos dias e meios-dias de descanso complementar e o período mínimo de descanso de onze horas seguidas entre dois períodos de trabalho diário consecutivos.

5 – Ao trabalhador que goza de isenção de horário não podem ser impostas as horas do início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

6 – As Partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.



7 – O disposto nesta cláusula não isenta o trabalhador do dever de assiduidade, sem prejuízo da aplicação de regras específicas de aferição do seu cumprimento quando o trabalho seja prestado fora das instalações do serviço onde o trabalhador está afeto.

Cláusula 16.^a

Meia jornada

1 - A requerimento do trabalhador, dirigido ao Presidente da Câmara, pode ser autorizada a prestação de trabalho num período reduzido em metade do período normal de trabalho a tempo completo.

2 - Podem beneficiar desta modalidade os trabalhadores que reúnam os seguintes requisitos:

- a) Tenham 55 anos ou mais à data em que for requerida a modalidade de meia jornada e tenham netos com idade inferior a 12 anos;
- b) Tenham filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica.

3 – A prestação do trabalho na modalidade de meia jornada não pode ter duração inferior a um ano e implica a fixação do pagamento de remuneração correspondente a 60% do montante total auferido em regime de prestação de trabalho em horário completo.

Cláusula 17.^a

Trabalho noturno

1 – Considera-se trabalho noturno todo o trabalho prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.

2 – Considera-se trabalhador noturno aquele que realiza durante o período noturno uma certa parte do seu tempo de trabalho anual, correspondente a pelo menos duas horas por dia.

3 – O Município deve afixar, com um mês de antecedência, as escalas de trabalho noturno para vigorar no mês seguinte.

Cláusula 18.^a

Interrupções ocasionais

1 - Nos termos do n.º 2 do artigo 197.º do Código do Trabalho, por remissão do artigo 101.º da LTFP, consideram-se compreendidas no tempo de trabalho:

- a) A interrupção de trabalho como tal considerada em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, em regulamento interno de empresa ou resultante de uso da empresa;
- b) A interrupção ocasional do período de trabalho diário inerente à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador ou resultante de consentimento do empregador;



c) A interrupção de trabalho por motivos técnicos, nomeadamente limpeza, manutenção ou afinação de equipamento, mudança de programa de produção, carga ou descarga de mercadorias, falta de matéria-prima ou energia, ou por fator climatérico que afete a atividade da empresa, ou por motivos económicos, designadamente quebra de encomendas;

d) O intervalo para refeição em que o trabalhador tenha de permanecer no espaço habitual de trabalho ou próximo dele, para poder ser chamado a prestar trabalho normal em caso de necessidade;

e) A interrupção ou pausa no período de trabalho imposta por normas de segurança e saúde no trabalho.

2 – As interrupções não podem dar origem a um dia completo de ausência ao serviço e só podem ser concedidas desde que não afetem o funcionamento do serviço.

Cláusula 19.^a

Trabalho Suplementar

1 – Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 – O trabalho suplementar pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para o Município, carecendo sempre, exceto por motivos de força maior, de autorização prévia.

3 – O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho suplementar salvo quando, havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

4 – Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador portador de deficiência;
- b) Trabalhadora grávida, puérpera ou lactante;
- c) Trabalhador com filhos ou descendentes ou afins de linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante, exceto por motivo de força maior.

Cláusula 20.^a

Limites da duração do trabalho suplementar

1 – O trabalho suplementar fica sujeito, por trabalhador, aos seguintes limites:

- a) 200 Horas de trabalho por ano;
- b) 2 Horas por dia normal de trabalho;



- c) Um número de horas igual ao período normal de trabalho diário, nos dias de descanso semanal obrigatório ou complementar e nos feriados;
- d) Um número de horas igual a metade do período normal de trabalho diário em meio-dia de descanso complementar.

Cláusula 21.^a

Trabalho a tempo parcial

- 1 – O trabalho a tempo parcial corresponde a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.
- 2 – O trabalho a tempo parcial pode, salvo estipulação em contrário, ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo.
- 3 - O trabalhador a tempo parcial tem direito à remuneração prevista na lei, em proporção do respetivo período normal de trabalho, bem como ao subsídio de refeição.
- 4 - Nos casos em que o período normal de trabalho diário seja inferior a metade da duração diária do trabalho a tempo completo, o subsídio de refeição é calculado em proporção do respetivo período normal de trabalho semanal.
- 5 - Para efeitos do disposto no art. 152.º, n.º 1, do Código do Trabalho, é estabelecida a seguinte ordem de preferência:
 - a) Trabalhadores com deficiência ou doença crónica;
 - b) Trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida;
 - c) Trabalhadores com responsabilidades familiares;
 - d) Trabalhadores que frequentem estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 22.^a

Teletrabalho

- 1- Considera-se teletrabalho a prestação laboral realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora do órgão ou serviço do município, e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação.
- 2 – A modalidade de teletrabalho pode ser adotada, com o prévio acordo do trabalhador, para a execução de tarefas com autonomia técnica, designadamente, a elaboração de estudos, pareceres e informações de carácter técnico-científico.
- 3 – A duração inicial do acordo escrito entre o município e o trabalhador que estabeleça o regime de teletrabalho não pode exceder dois anos, podendo, no entanto, cessar por decisão de qualquer uma das partes durante os primeiros trinta dias de execução do acordo.
- 4 – Cessado o acordo, o trabalhador tem direito a retomar a prestação de trabalho nos termos em que o vinha fazendo antes do exercício de funções em regime de teletrabalho, não podendo ser prejudicado nos seus direitos.



5 – Quando seja admitido um trabalhador para o exercício de funções no regime de teletrabalho, do respetivo contrato deve constar a atividade que este trabalhador exercerá aquando da respetiva cessação, se for o caso.

6 - Sempre que o teletrabalho seja realizado no domicílio do trabalhador, as visitas ao local de trabalho só podem ter por objeto o controlo da atividade laboral e dos respetivos equipamentos, podendo apenas ser efetuadas entre as 9.00h e as 17.30h.

Cláusula 23.^a

Sistema de recompensa do desempenho

1 - Ao período normal de férias previsto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 126.º da LTFP, acrescem 3 dias úteis, por obtenção de menção positiva na avaliação de desempenho, ou sistema equiparado, no ano da atribuição da avaliação e no ano seguinte - atendendo ao carácter bienal da mesma - relevando, para esse efeito, as avaliações atribuídas a partir do biénio 2015/2016.

2 – A falta de avaliação por motivo imputável ao Município determina a aplicação automática do disposto no número anterior.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cláusula 24.^a

Princípios gerais

1 - O Município deve proporcionar ao trabalhador o acesso a formação profissional, disponibilizando ferramentas e formação adequadas à sua qualificação, em linha com as necessidades dos serviços e com a evolução profissional.

2 - O Município deve promover e facilitar a formação dos seus trabalhadores, nomeadamente:

a) Fomentar a frequência de cursos de formação profissional, de forma a permitir a adaptação dos trabalhadores às novas tecnologias ou a métodos e processos de trabalho;

b) Promover ações de aperfeiçoamento profissional, destinado a atualizar, desenvolver ou aprofundar conhecimentos, aptidões e atitudes específicos adquiridos em processos de aprendizagem prévios;

3 - O Município deve elaborar planos anuais ou plurianuais de formação profissional, após a realização de diagnóstico de necessidades e ouvida a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical ou os delegados sindicais.

4 - O Município deve assegurar a todos os trabalhadores uma ou mais ações de formação, pelo menos, em cada três anos.

5 - Constitui dever dos trabalhadores frequentar as ações de formação que o Município promova ou suporte, devendo estas ocorrer durante o horário laboral.



6 - Por efeito da frequência de ações de formação profissional, os trabalhadores não serão privados ou diminuídos nos seus direitos e regalias, sendo considerado como tempo de serviço o despendido em formação.

7 - As ações de formação e aperfeiçoamento profissional devem ser programadas e executadas por forma a salvaguardar o normal funcionamento dos serviços municipais, a que estejam afetos os trabalhadores que nelas participem.

8 - O Município poderá incluir metas de aproveitamento nos cursos de formação interna que proporcione aos trabalhadores.

9 - O Município assegurará aos trabalhadores que participem nas ações de formação, o fornecimento do respetivo certificado de frequência e/ou aproveitamento.

10 - O Município pode acordar condições favoráveis aos trabalhadores, junto de entidades que ministrem formação profissional ou académica.

Cláusula 25.^a

Formação interna

A formação no local de trabalho poderá ser computada no número mínimo de horas de formação exigida pela lei desde que conste de registo próprio, contendo os elementos necessários à identificação das competências adquiridas, duração de formação e seja entregue ao trabalhador certificado da formação proporcionada.

Cláusula 26.^a

Autoformação

1 - O Município não pode impedir a frequência de ações de autoformação quando estas tenham lugar fora do período laboral.

2 - O trabalhador terá direito a utilizar, dentro do período laboral, um crédito de 100 horas por ano civil para a autoformação, podendo, quando tal se justifique, em função da especial relevância para as atividades inerentes ao posto de trabalho, a apreciar pelo dirigente máximo do serviço, ser ultrapassado até ao limite da carga horária prevista para a formação profissional que o trabalhador pretende realizar.

3 - No caso de autoformação a realizar durante o período laboral, o trabalhador deve formular pedido de autorização ao dirigente máximo do órgão ou serviço, devidamente fundamentado e com indicação da data de início, do local de realização, natureza e programa, duração e, quando aplicável, a entidade formadora.

4 - A autoformação, quando realizada no período laboral, corresponde ao exercício efetivo de funções.

5 - A recusa do acesso a autoformação deve ser sempre fundamentada.

6 - O pedido de autoformação apresentado por trabalhador que não tenha sido contemplado no plano de formação ou ações de formação do órgão ou serviço só pode ser indeferido com fundamento no prejuízo do normal funcionamento do serviço.



7 - O pedido de autoformação apresentado pelo trabalhador nas condições do número anterior não pode ser indeferido mais do que duas vezes consecutivas.

8 - O trabalhador a quem for concedida a autorização para autoformação deve, no final da mesma, apresentar junto do órgão ou serviço relatório e, quando aplicável, o respetivo certificado de formação.

Cláusula 27.^a

Deslocações para formação

O Município suportará as despesas determinadas pela deslocação e alojamento fora do domicílio necessário do trabalhador para obtenção de formação interna e/ou externa, nos termos e conforme o disposto na lei, bem como o pagamento de trabalho suplementar que resulte da necessidade de prolongamento do horário normal de trabalho.

Capítulo V

Segurança e saúde no trabalho

Cláusula 28.^a

Princípios gerais e conceitos

1 - O presente Capítulo tem por objetivo a prevenção de riscos profissionais e a promoção e proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

2 - Para efeitos da presente Capítulo, entende-se por:

Trabalhador: Pessoa singular que, mediante retribuição, presta a sua atividade, manual e/ou Intelectual, ao Município/Freguesia, sob sua direção, coordenação, orientação e fiscalização, numa relação de dependência hierárquica e funcional.

Empregador Público: pode apresentar-se sob a forma de:

- a) Município ou Freguesia;
- b) Serviços municipalizados.

Representante dos Trabalhadores (RT): Pessoa eleita nos termos da lei para exercer funções de representação dos trabalhadores nos domínios da segurança e saúde no trabalho.

Local de trabalho: todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou de onde ou para onde deve dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do empregador.

Posto de trabalho: parte do local onde são executadas as tarefas, por um ou mais trabalhadores.

Componentes materiais do trabalho: os locais de trabalho, o ambiente de trabalho, as ferramentas, as máquinas e materiais, as substâncias e agentes químicos, físicos e biológicos, os processos de trabalho e a organização do trabalho.



Perigo ou Fator de Risco: propriedade de uma instalação, atividade, equipamento, um agente ou outro componente material do trabalho que pode causar dano aos trabalhadores ou a terceiros.

Risco: é a probabilidade de concretizar um dano provocado pelo trabalho, em função das condições de utilização, exposição ou interação da componente material do trabalho que apresente perigo.

Prevenção: processo nunca acabado de melhoria contínua das condições de trabalho, só possível pela aplicação de políticas, programas, disposições ou medidas cada vez mais eficazes e que devem ser tornadas no projeto e em todas as fases de atividade da entidade empregadora pública, com a objetivo de eliminar os riscos de trabalho a que os trabalhadores ou terceiros estão potencialmente expostos, de os limitar ou de limitar as suas consequências.

Segurança no trabalho: conjunto de metodologias adequadas à prevenção de acidentes de trabalho, tendo como principal campo de ação a avaliação dos riscos associados aos componentes materiais de trabalho.

Saúde no trabalho/saúde ocupacional: aplicação de conhecimentos/procedimentos médicos destinados à vigilância da saúde dos trabalhadores, com o objetivo de garantir a ausência de doenças originadas e/ou agravadas pelo trabalho e de promover o bem-estar físico, mental e social de quem trabalha.

3 - Em tudo o que não se encontre previsto no presente capítulo aplica-se o disposto nos artigos 281.º a 284.º do Código do Trabalho e Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio e Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro, por força da remissão do artigo 15.º, n.º 2, alínea a) da LTFP.

Cláusula 29.ª

Deveres do Município

No espírito dos princípios plasmados na legislação aplicável em sede de SST, o Município obriga-se a:

- a) Respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor e o presente ACEP, bem como toda a regulamentação interna adotada no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho;
- b) Assegurar a todos os trabalhadores, condições de segurança e saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho, nomeadamente:
 - i. Proceder, na conceção das instalações, dos locais e processos de trabalho, à identificação dos riscos previsíveis, combatendo-os na origem, anulando-os ou limitando os seus efeitos, de forma a garantir um nível eficaz de proteção;
 - ii. Integrar no conjunto das atividades do Município e a todos os níveis, a avaliação dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, com a adoção de convenientes medidas de prevenção;



- iii. Assegurar que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos nos locais de trabalho não constituam risco para a saúde dos trabalhadores;
- iv. Planificar a prevenção a todos os níveis do Município num sistema coerente, que tenha em conta a componente técnica, a organização do trabalho, as relações sociais e os fatores materiais inerentes do trabalho;
- v. Ter em conta, na organização dos meios, não só os trabalhadores, como também terceiros, suscetíveis de serem abrangidos pelos riscos da realização dos trabalhos, em todas as atividades desenvolvidas pelo Município;
- vi. Dar prioridade a proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;
- vii. Organizar o trabalho, procurando, designadamente, eliminar os efeitos nocivos do trabalho monótono e do trabalho cadenciado sobre a saúde dos trabalhadores;
- viii. Assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos no local de trabalho;
- ix. Estabelecer, em matéria de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, as medidas que devem ser adotadas e a identificação dos trabalhadores responsáveis pela sua aplicação, bem como assegurar os contactos necessários com as entidades exteriores competentes para realizar aquelas operações e as de emergência médica;
- x. Permitir unicamente a trabalhadores com aptidão e formação adequadas e apenas quando e durante o tempo necessário, o acesso a zonas de risco grave;
- xi. Adotar medidas e dar instruções que permitam aos trabalhadores, em caso de perigo grave e iminente que não possa ser evitado, cessar a sua atividade ou afastar-se imediatamente do local de trabalho, sem que possam retomar a atividade enquanto persistir esse perigo, salvo em casos excecionais e desde que assegurada a proteção adequada;
- xii. Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- xiii. Dar instruções adequadas aos trabalhadores;
- xiv. Garantir que os trabalhadores têm conhecimentos e aptidões em matérias de segurança e saúde no trabalho, que lhes permitam exercer com segurança as tarefas de que foram incumbidos;
- xv. Promover e dinamizar a formação e a informação aos trabalhadores, seus representantes e chefias, no âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- xvi. Promover a consulta dos representantes dos trabalhadores, da comissão de segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores, nas matérias relativas à segurança e saúde no trabalho;
- xvii. Proceder, aquando a aquisição de máquinas e equipamentos, à identificação de riscos, optando preferencialmente por máquinas e equipamentos ergonomicamente mais adequados e de menor risco para a segurança e saúde do utilizador;



- xviii. Assegurar a manutenção das instalações, máquinas, materiais, ferramentas e utensílios de trabalho nas devidas condições de segurança;
- xix. Colaborar com organizações nacionais e internacionais no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, de modo a beneficiar do conhecimento das técnicas e experiências mais atualizadas nesta área;
- xx. Observar as propostas e recomendações realizadas pelos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, bem como prescrições legais, as estabelecidas em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e as orientações da Autoridade para as Condições de Trabalho e de outras entidades competentes em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- xxi. Fornecer aos seus trabalhadores o equipamento de proteção individual e os fardamentos necessários e adequados, sem que estes tenham quaisquer encargos com a providência dos mesmos;
- xxii. Tomar as medidas ao seu alcance para dar seguimento às recomendações da comissão de segurança e saúde no trabalho.

Cláusula 30.^a

Deveres dos trabalhadores

1 - Constituem obrigações dos trabalhadores:

- a) Cumprir as prescrições de segurança e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pelo Município;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho, sobretudo quando exerça funções de chefia ou coordenação, em relação a serviços sob o seu enquadramento hierárquico e técnico;
- c) Utilizar corretamente e segundo instruções transmitidas pelo Município, máquinas, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos e meios postos à sua disposição, designadamente os equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
- d) Cooperar ativamente para a melhoria do sistema de segurança e saúde no trabalho, designadamente tomando conhecimento da informação prestada pelo Município e comparecendo às consultas e exames determinados pelo médico do trabalho;
- e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências que se lhe afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;
- f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação;



g) Comunicar ao superior hierárquico ou a pessoa incumbida de desempenhar funções em matéria de segurança e saúde no trabalho, a ocorrência de qualquer situação não conforme, que possa representar um risco para a segurança e saúde dos trabalhadores ou de terceiros;

2 - Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem outras medidas para segurança própria ou de terceiros.

3 - Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 - As medidas e atividades relativas a segurança e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, em prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

5 - As obrigações dos trabalhadores no domínio da segurança e saúde nos locais de trabalho não excluem a responsabilidade do Município pela segurança e a saúde daqueles em todos os aspetos relacionados com o trabalho.

Cláusula 31.^a

Direito de informação

1 - Todos os trabalhadores, assim como os seus representantes, têm direito a receber informação adequada e atualizada sobre:

- a) Riscos profissionais, medidas de proteção e prevenção e a forma como se aplicam ao posto de trabalho ou função e órgão/serviço;
- b) Medidas e instruções a adotar em caso de perigo grave e iminente;
- c) Medidas de 1^{os} socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores, bem como os trabalhadores ou serviços encarregues de os pôr em prática;

2 - Sem prejuízo de formação adequada, a informação referida no número anterior deve ser proporcionada sempre que haja:

- a) Admissão no órgão ou serviço;
- b) Mudança de posto de trabalho ou de funções;
- c) Introdução de novos equipamentos de trabalho ou alterações nos existentes;
- d) Adoção de nova tecnologia
- e) Atividades que envolvam trabalhadores de diversos órgãos ou serviços.

Cláusula 32.^a

Direito de formação

1 - Todos os trabalhadores, assim como os seus representantes, devem receber formação adequada no domínio da segurança e saúde no trabalho, tendo em conta as respetivas funções e posto de trabalho.



2 - Os trabalhadores e seus representantes, designados para se ocuparem de todas ou algumas atividades na área da segurança e saúde no trabalho, devem ter assegurado formação permanente para o exercício das suas funções.

3 - O Município, tendo em conta a dimensão do órgão ou serviço e os riscos existentes, deve formar, em número suficiente, os trabalhadores responsáveis pela prestação de primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação de pessoas, bem como facultar-lhes o material necessário.

4 - A formação referida nos números anteriores deve ser assegurada pelo Município, garantindo que dela não resulta qualquer prejuízo para o trabalhador.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior, o Município, quando não possua os meios e condições necessárias à realização da formação, pode solicitar o apoio dos serviços públicos competentes, bem como as estruturas de representação coletiva dos trabalhadores no que se refere a formação dos respetivos representantes.

Cláusula 33.^a

Direito de representação

1 - Todos os trabalhadores vinculados ao Município tem direito a eleger e ser eleitos representantes dos trabalhadores para segurança e saúde no trabalho.

2 - O exercício das funções de representação não implica a perda de quaisquer direitos ou regalias.

3 - Os representantes dos trabalhadores eleitos no âmbito da segurança e saúde no trabalho representam todos os trabalhadores do Município perante:

- a) Os próprios trabalhadores;
- b) A entidade empregadora pública;
- c) As estruturas sindicais que possam estar representadas no órgão ou serviço;
- d) As entidades do Estado, designadamente com a área inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho, a Autoridade de Saúde mais próxima do local de trabalho, o Provedor de Justiça, os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e os Ministérios.

Cláusula 34.^a

Eleição e Mandato dos Representantes dos trabalhadores

1 - Os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho são eleitos democraticamente, por voto secreto e direto dos trabalhadores, segundo o princípio da representação proporcional pelo método de Hondt.

2 - Só podem concorrer listas apresentadas pelas organizações sindicais que tenham trabalhadores representados no Município ou listas que se apresentem subscritas por, no



mínimo, 20% dos trabalhadores, não podendo nenhum trabalhador subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

3 - O número de representantes dos trabalhadores a eleger é definido de acordo com o número de trabalhadores ao serviço do Município, nos termos da legislação em vigor.

4 - O mandato dos representantes dos trabalhadores é de três anos.

Cláusula 35.^a

Processo eleitoral

1 - Os trabalhadores ou sindicato que promove a eleição comunica aos serviços competentes do Ministério responsável pela área laboral (DGERT) e ao Município, a data do ato eleitoral, devendo fazê-lo com uma antecedência mínima de 90 dias.

2 - Sem prejuízo do disposto nas disposições legais aplicáveis, o Município compromete-se a prestar a colaboração possível e que se mostre necessária à realização do ato eleitoral, nomeadamente a comunicação referida no número anterior deste artigo e facultando informação aos promotores do ato eleitoral que permita a constituição da comissão eleitoral nos termos legais.

3 - Compete à Comissão Eleitoral:

- a) Afixar as datas de início e de termo do período de apresentação de listas, recebê-las, verificá-las e afixá-las no órgão ou serviço, bem como fixar o período em que estas podem afixar comunicados.
- b) Fixar o número e a localização das seções de voto, cabendo ao Presidente da Comissão designar a composição das mesas de voto;
- c) Realizar o apuramento global do ato eleitoral, proclamar os seus resultados e comunicá-los aos serviços competentes do Ministério responsável pela área laboral;
- d) Resolver quaisquer dúvidas e omissões do procedimento eleitoral.

4 - A comunicação referida na alínea c) do número anterior deve mencionar quer os representantes eleitos como efetivos quer os eleitos como suplentes.

5 - No que lhe seja possível, o Município compromete-se a colocar ao dispor da comissão eleitoral os meios necessários para o cabal cumprimento das suas funções, nomeadamente colocando ao seu dispor uma sala nas suas instalações, devidamente equipada para a realização de reuniões e trabalho de preparação, apuramento e fiscalização do ato eleitoral, bem como os meios de transporte e comunicação que se mostrem necessários para a entrega e recolha de urnas eleitorais e demais atos relacionados com o processo.

Cláusula 36.^a

Crédito de Horas

1 - Os representantes dos trabalhadores dispõem de um crédito de 10 horas por mês para o exercício das suas funções.



- 2 - O crédito de horas diz respeito ao período normal de trabalho e conta como tempo de serviço efetivo, não podendo ser acumulado com outros créditos de horas que os trabalhadores possam dispor em virtude de exercerem funções noutras estruturas de representação coletiva.
- 3 - A intenção de gozar do direito ao crédito de horas deve ser comunicada ao Município, por escrito e com uma antecedência mínima de 2 dias, salvo motivo atendível.
- 4 - As ausências que os representantes possam ter no exercício das suas funções e que ultrapassem o crédito de horas referido no n.º 1, são consideradas faltas justificadas, contando como tempo de serviço efetivo, exceto para efeitos de retribuição.
- 5 - As ausências referidas no número anterior são comunicadas, por escrito, com um dia de antecedência ou, na sua impossibilidade, nos dois dias úteis seguintes ao primeiro dia de ausência.
- 6 - O não cumprimento do disposto no número anterior torna as faltas injustificadas.

Cláusula 37.ª

Direito de consulta e proposta

- 1 - Sem prejuízo do direito de consulta e proposta previsto noutras disposições deste regulamento e na lei, o Município deve consultar, por escrito e, pelo menos, uma vez por ano, previamente ou em tempo útil, os representantes dos trabalhadores ou, na sua falta, os próprios trabalhadores sobre:
 - a) A avaliação de riscos, incluindo os respeitantes aos grupos de trabalhadores sujeitos a riscos especiais;
 - b) As medidas de segurança e saúde, antes de as pôr em prática ou, logo que seja possível, em caso de aplicação urgente das mesmas;
 - c) As medidas que com impacto nas tecnologias ou funções, tenham repercussões sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores;
 - d) O programa e a organização da formação em segurança e saúde no trabalho;
 - e) A designação ou exoneração de trabalhadores para funções específicas no domínio da segurança e saúde no trabalho;
 - f) A designação de trabalhadores responsáveis pela aplicação de medidas de primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores, a respetiva formação e o material disponível;
 - g) O recurso a serviços de apoio exteriores ou a técnicos qualificados para assegurar o desenvolvimento das atividades de segurança e saúde no trabalho;
 - h) O material de proteção a utilizar;
 - i) Os riscos profissionais, medidas de proteção e prevenção e a forma como se aplicam ao posto de trabalho ou função e órgão/serviço;
 - j) A lista anual dos acidentes de trabalho mortais e dos que geram incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis;



- k) Os relatórios dos acidentes de trabalho.
- 2 - Quando consultados, os representantes dos trabalhadores têm quinze dias para emitir o respetivo parecer.
- 3 - O prazo referido no número anterior pode ser alargado pelo Município, tendo em conta a extensão ou a complexidade da matéria.
- 4 - Decorrido o prazo para emissão de parecer por parte dos representantes dos trabalhadores sem que tal aconteça, considera-se satisfeita a exigência de consulta.
- 5 - O Município quando não acolha o parecer emitido pelos representantes dos trabalhadores ou, na sua falta, pelos próprios trabalhadores, deve informá-los dos fundamentos, nos termos legais.
- 6 - As consultas feitas pelo Município aos representantes dos trabalhadores, bem como as respetivas respostas e propostas apresentadas, devem constar de registo em livro próprio, organizado pelo órgão ou serviço. Os representantes dos trabalhadores devem organizar, eles próprios, um arquivo nos mesmos moldes.

Cláusula 38.^a

Outros Direitos dos Representantes dos Trabalhadores para Segurança e Saúde no Trabalho

- 1 – No que lhe seja possível, o Município deve pôr à disposição dos RT instalações adequadas, bem como meios materiais e técnicos necessários, nomeadamente para visitar os locais de trabalho, desde que solicitado com antecedência.
- 2 - Sem prejuízo da informação referida na cláusula 31.^a (Direito de informação) deste ACEP, os representantes dos trabalhadores para segurança e saúde no trabalho tem direito a:
- a) Informações técnicas objeto de registo e aos dados médicos coletivos não individualizados;
 - b) Informações técnicas provenientes de serviços de inspeção e outros organismos competentes no domínio da segurança e saúde no trabalho.
- 3 - Sem prejuízo do disposto na cláusula 32.^a (Direito de formação) deste ACEP, o Município deve proporcionar condições para que os representantes dos trabalhadores recebam formação adequada, concedendo, se necessário, licença com remuneração ou sem remuneração caso beneficiem de subsídios específicos provenientes de outra entidade.
- 4 - Os RT podem solicitar a intervenção de autoridades inspetivas, designadamente das que estão afetas ao ministério responsável pela área laboral ou outras competentes, bem como apresentar as suas observações do decurso de visitas e fiscalizações efetuadas.
- 5 - Os representantes dos trabalhadores têm direito a distribuir informação relativa a segurança e saúde no trabalho, bem como a afixá-la em local apropriado, proporcionado pelo Município.



6 - Os representantes dos trabalhadores têm direito a reunir periodicamente com o órgão de direção do órgão ou serviço, para discussão e análise de assuntos relacionados com a segurança e saúde no trabalho, devendo realizar-se, pelo menos, uma reunião por mês.

7 - O tempo despendido na reunião referida no número anterior não afeta o crédito de horas mensal.

8 - Da reunião referida nos números anteriores será lavrada ata que deve ser assinada por todos os presentes. Da ata deve ser dada uma cópia aos representantes dos trabalhadores para arquivo próprio.

Cláusula 39.^a

Comissão de segurança e saúde no trabalho

1 - Mediante acordo entre o Município e os representantes dos trabalhadores, pode ser criada uma comissão de segurança e saúde no trabalho.

2 - A comissão de segurança e saúde no trabalho é um órgão de composição paritária, para consulta e cooperação regular e periódica em matéria de informação e formação dos trabalhadores e de prevenção dos riscos profissionais e promoção da saúde no trabalho.

4 - A comissão de segurança e saúde é composta, por seis membros efetivos, e por igual número de suplentes, em representação paritária do Município e dos trabalhadores.

5 – O Município designa os seus representantes, indicando, de entre eles, o coordenador da comissão.

6 - Os representantes dos trabalhadores escolhem, de entre si, os três membros e respetivos suplentes a que têm direito.

7 - A comissão deve reunir, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que uma das partes o solicite ao respetivo coordenador, podendo nas suas reuniões participar, sem direito a voto, os elementos dos serviços de prevenção.

8 – O Município deve garantir à comissão as condições necessárias para o exercício das suas competências.

Cláusula 40.^a

Competências da comissão de segurança e saúde no trabalho

À comissão de segurança e saúde no trabalho compete, designadamente:

- a) Obter informação relativa às condições de trabalho necessária para o prosseguimento das suas funções;
- b) Realizar visitas aos locais de trabalho para reconhecimento dos riscos para a segurança e saúde e avaliação das medidas de prevenção adotadas;
- c) Propor iniciativas no âmbito da prevenção dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho e a correção de deficiências detetadas;



- d) Participar na elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas de prevenção de riscos profissionais;
- e) Analisar os elementos disponíveis relativos aos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- f) Emitir parecer sobre a programação anual dos serviços de segurança e saúde no trabalho.

Cláusula 41.^a

Objetivos dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho

A ação dos serviços de segurança e saúde no trabalho tem como objetivos:

- a) O estabelecimento e manutenção de condições de trabalho que assegurem a saúde dos trabalhadores;
- b) O desenvolvimento de condições técnicas que assegurem a aplicação das medidas de prevenção previstas na cláusula 29.^a (Deveres do Município) do presente ACEP;
- c) Informar e formar os trabalhadores e seus representantes no domínio da segurança e saúde no trabalho;
- d) Informar e consultar os representantes dos trabalhadores ou, na sua falta, os próprios trabalhadores, em conformidade com o disposto cláusula 37.^a (Direito de consulta e proposta) deste ACEP.

Cláusula 42.^a

Competências dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho

- 1 - As atividades técnicas de segurança e saúde no trabalho são exercidas por técnicos superiores ou por técnicos devidamente certificados nos termos da legislação aplicável.
- 2 - Sem prejuízo do disposto na lei, compete aos serviços de segurança e saúde no trabalho:
 - a) Apoiar o Representante Legal do Município no desempenho dos seus deveres na área da segurança e saúde no trabalho;
 - b) Emitir pareceres técnicos sobre projetos de construção e/ou alteração das instalações, bem como relativos às matérias de prevenção de riscos, equipamentos e métodos de trabalho;
 - c) Identificar e avaliar os riscos profissionais, assegurando que as exposições dos trabalhadores a agentes químicos físicos e biológicos e aos fatores de risco psicossociais não constituem risco para a sua segurança e saúde;
 - d) Garantir a adequação do trabalho ao trabalhador, com vista a atenuar o trabalho monótono e repetitivo e a reduzir a exposição aos riscos psicossociais;



- e) Planificar, de forma integrada, as atividades de segurança e saúde no trabalho, tendo em conta a prevenção e a avaliação de riscos, bem como a promoção da saúde;
- f) Elaborar um programa de prevenção de riscos;
- g) Elaborar o relatório anual de atividades do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho;
- h) Informar e formar os trabalhadores sobre os riscos profissionais para a sua segurança e saúde, bem como sobre as medidas de proteção e de prevenção;
- i) Organizar os meios destinados à prevenção, propor medidas de proteção coletiva e individual e coordenar as medidas a adotar, em caso de perigo grave e iminente;
- j) Propor a implementação das medidas de combate a incêndios, de primeiros socorros e de evacuação de pessoas;
- k) Assegurar a correta distribuição e utilização de fardamento e equipamento de proteção individual;
- l) Afixar sinalização de segurança nos locais de trabalho;
- m) Investigar e analisar todos os incidentes, acidentes de trabalho e doenças relacionadas com o trabalho, assegurando a aplicação de medidas corretivas para evitar novas ocorrências;
- n) Recolher, organizar, analisar e manter atualizados os dados sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais, designadamente em termos estatísticos;
- o) Coordenar as inspeções internas de segurança sobre o grau de controlo de riscos e sobre a observância das normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho;
- p) Promover e garantir a vigilância da saúde dos trabalhadores, em total cooperação e articulação com o serviço de Medicina do Trabalho.

Cláusula 43.^a

Medicina do trabalho

- 1 - A responsabilidade técnica da vigilância da saúde cabe ao médico do trabalho que, por juramento, está obrigado a sigilo profissional.
- 2 - Nos termos do número anterior, cabe ao médico do trabalho realizar os seguintes exames de saúde:
 - a) Exames de admissão, antes do início da prestação do trabalho ou nos 15 dias subsequentes;
 - b) Exames periódicos, anuais para trabalhadores com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os demais trabalhadores;
 - c) Exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho, passíveis de se refletir nocivamente sobre a saúde dos trabalhadores, bem como no caso de regresso ao trabalho após ausência superior a 30 dias, motivada por acidente ou doença;



3 - Se assim o entender, o médico do trabalho pode solicitar exames complementares ou pareceres de médicos especializados.

4 - Sem prejuízo da realização de exames de saúde no período obrigatório, e em função do estado de saúde do trabalhador ou dos resultados da prevenção de riscos, o médico do trabalho pode aumentar ou encurtar a periodicidade dos referidos exames.

5 - Sempre que a repercussão do trabalho e das condições em que este se realiza se revelar nocivo para a saúde do trabalhador, o médico do trabalho deve comunicar o facto ao responsável dos serviços de segurança e saúde no trabalho e, se o estado de saúde do trabalhador o justificar, solicitar o seu acompanhamento por médico de família ou outro indicado pelo trabalhador.

Cláusula 44.^a

Ficha clínica

1- As observações clínicas relativas aos exames de saúde são anotadas na ficha clínica do trabalhador.

2 - Cabe ao médico do trabalho fazer as devidas anotações na ficha clínica do trabalhador.

3 - A ficha clínica do trabalhador está sujeita a sigilo profissional, pelo que só pode ser facultada pelo médico do trabalho às autoridades de saúde e aos médicos do serviço com competência inspetiva do Ministério responsável pela área laboral.

4 - Por solicitação do trabalhador que deixa de prestar serviço na entidade empregadora pública, o médico do trabalho deve entregar-lhe cópia da sua ficha clínica.

Cláusula 45.^a

Ficha de Aptidão

1 - Face ao resultado dos exames de admissão, periódicos ou ocasionais, o médico do trabalho deve preencher uma ficha de aptidão, da qual remete uma cópia ao responsável de recursos humanos do órgão ou serviço.

2 - Se o resultado do exame revelar inaptidão do trabalhador, o médico do trabalho deve indicar se for caso disso, outras funções que aquele possa desempenhar.

3 - A ficha de aptidão não pode conter elementos que envolvam sigilo profissional.

Cláusula 46.^a

Encargos

O Município suporta todos os encargos com a organização e funcionamento dos serviços de segurança e saúde no trabalho, incluindo exames, avaliações de exposições, testes e demais ações realizadas para a prevenção de riscos profissionais e para a vigilância da saúde.



Cláusula 47.^a

Equipamentos de proteção individual

- 1 - É equipamento de proteção individual (EPI) todo o equipamento, complemento ou acessório, que se destine a ser utilizado por um trabalhador para se proteger dos riscos para a sua segurança e saúde.
- 2 - O EPI é fornecido sempre que não seja possível eliminar os riscos na fonte ou quando não for possível a colocação de proteção coletiva, ou ainda quando não seja possível a sua limitação através de proteção coletiva nem por métodos ou processos de organização do trabalho.
- 3 - Compete ao Município:
 - a) Fornecer, gratuitamente, aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual doravante designados EPI, bem como a sua substituição quando necessária, desde que não motivada por negligência grosseira destes;
 - b) Informar e formar os trabalhadores sobre a correta utilização dos respectivos EPI;
 - c) Garantir que o equipamento de proteção individual só é utilizado pelo trabalhador a quem foi confiado. Em caso de necessidade justificada, a utilização de EPI por mais que um utilizador fica sujeita a autorização expressa do Município, que garante as medidas necessárias à salvaguarda das condições de segurança e saúde dos utilizadores.
- 4 - A escolha dos EPI deve ser conforme os padrões normativos, designadamente tendo em conta princípios de adequabilidade, conceção e fabrico, compatibilidade, conforto, ergonomia e conformidade, nos termos da legislação aplicável.
- 5 - Os representantes dos trabalhadores ou, na sua falta, os próprios trabalhadores, devem ser consultados, previamente e em tempo útil, sobre a escolha dos EPI, bem como de quaisquer outros equipamentos e fardamentos a utilizar.
- 6 - Com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores aplica-se à seleção, fornecimento, manutenção e substituição de quaisquer outras peças de fardamento ou equipamento para os trabalhadores.

Cláusula 48.^a

Vestiários, Lavabos e Balneários

- 1 - O Município obriga-se a instalar os trabalhadores em boas condições de segurança e saúde, provendo os locais de trabalho com os requisitos necessários e indispensáveis, incluindo, se necessário, a existência de vestiários, lavabos e balneários, para uso dos trabalhadores.
- 2 - Os vestiários, lavabos e balneários disponibilizados devem ser de fácil acesso e garantindo uma utilização separada por mulheres e homens.



Cláusula 49.^a

Primeiros socorros

Sem prejuízo de instalações próprias para prestar cuidados de primeiros socorros, a entidade empregadora pública, através dos serviços de segurança e saúde no trabalho, deve garantir que todos os locais de trabalho dispõem de material básico de primeiros socorros, situado em lugar de fácil acesso e devidamente identificado.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 50.^a

Comissão paritária

- 1– As partes outorgantes constituirão uma comissão paritária, com competência para interpretar e integrar as disposições deste Acordo.
- 2 – A comissão será composta por quatro membros de cada parte.
- 3 – As Partes podem ser assistidas por dois assessores sem direito a voto.
- 4 – Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das Partes indica a outra e à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, abreviadamente designada por DGAEP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos respetivos representantes.
- 5 – As Partes podem proceder à substituição dos seus representantes, mediante comunicação à outra e à DGAEP, com a antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.
- 6 – A presidência da comissão é exercida anual e alternadamente pelas Partes sendo a primeira determinada por sorteio.
- 7 – A comissão só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros representantes das Partes.
- 8 – As deliberações tomadas por unanimidade são enviadas à DGAEP, para depósito e publicação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.
- 9 – As reuniões podem ser convocadas por qualquer uma das Partes com a antecedência não inferior a quinze dias, com a indicação do dia, hora e do local e agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.
- 10 – As reuniões da comissão realizam-se nas instalações do Município em local designado para o efeito.
- 11 – Das reuniões da comissão paritária são lavradas atas, as quais são assinadas na reunião seguinte pelos presentes.
- 12 – As despesas emergentes do funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas Partes.



13 – As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 51.^a

Participação dos trabalhadores

1 – O Município compromete-se a reunir, sempre que se justifique, com as associações sindicais subscritoras para análise e discussão de aspetos que digam respeito aos trabalhadores.

2 – Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 465º do Código do Trabalho, por remissão do artigo 4.º, nº 1, alínea j), da LTFP, a afixar no interior do órgão, serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada, para o efeito reservado pelo Município, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do órgão ou serviços.

Cláusula 52.^a

Divulgação

1 - As Partes obrigam-se a divulgar o presente Acordo nas respetivas páginas eletrónicas.

2 - O Município disponibilizará um exemplar na Divisão de Recursos Humanos e Formação.

Odivelas,

Pelo Empregador Público:

Hugo Martins

(Presidente da Câmara Municipal de Odivelas)

Pelas Associações Sindicais:

José Joaquim Abraão

(Secretário-Geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos)



João Carlos Quintino Samina Coelho

(Vice-Tesoureiro e Membro da Direção Nacional do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins)

Ludgero Paulo Nascimento Pintão

(Membro da Direção Nacional do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins)

Maria Helena Correia da Silva Rodrigues

(Presidente da Direção do STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos)

Paulo Bernardo e Sousa

(Membro da Direção Nacional do STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos)

(em representação do STFPSSRA - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas)